

**ENTREVISTAS:** Carlos "Chacho" Álvarez / Hugo Varsky / Gustavo Bittencourt / Jorge Cartagena / Manoel Messias Melo / Pablo Villar / Verónica de Gregorio

# informa

Publicação do projeto Inovação e coesão social:  
capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas.

Revista Nº 1 / Fevereiro de 2010

> 01

Integração produtiva, uma  
nova oportunidade para os  
Governos Locais

por Rubén Geneyro

Inovação e coesão  
social: motores da  
integração

por Geoffrey Barrett

Assimetrias no  
MERCOSUL, FOCEM  
e Governos Locais

por Mayki Gorosito



UNIÃO EUROPEIA

racine



MUNICIPALIDAD DE ROSARIO



Montevideo  
de Todos

# Sumário

>01

- 6 **Apresentação**
  - Governos Locais do MERCOSUL: promotores de desenvolvimento**
- 10 **Inovar na inovação: para a construção de territórios solidários**  
pelo Prefeito de Montevideú, Ricardo Ehrlich
- 13 **Inovação e coesão social: um projeto prioritario da Rede de Mercocidades**  
pelo Prefeito de Rosario, Miguel Lifschitz
- 14 **A integração produtiva desde os Governos Locais, o papel da economia social**  
por Javier Terrani e Eugenia Navarro / Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local de Mercocidades
  - Integração Produtiva Regional**
- 18 **Integração produtiva: uma nova oportunidade para os Governos Locais**  
por Rubén Geneyro
- 24 **Entrevista: Carlos “Chacho” Álvarez / Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL**
- 27 **Entrevista: Hugo Varsky / Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL**
- 30 **Entrevista: Gustavo Bittencourt / Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL**
- 34 **Entrevista: Jorge Cartagena / Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL**
- 36 **Entrevista: Manoel Messías Melo / Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul**
- 38 **Entrevista: Pablo Villar / Associação Nacional de Micro e Pequena Empresa - Uruguai**
- 40 **Entrevista: Verónica de Gregorio / Centro de Desenvolvimento Local Carrasco Norte - Montevideú**
  - Projeto IN**
- 43 **Primeiro ano do projeto: objetivos, lucros e desafios.**
- 48 **Inovação e coesão social: motores da integração**  
por Geoffrey Barrett / União Europeia
- 50 **Apresentação dos socios / RACINE**
- 52 **Apresentação dos socios / LOCAL-IHEAL**
- 54 **Apresentação dos socios / FUNDACIÓN TIAU**
  - Oportunidades de financiamento**
- 58 **Assimetrias no MERCOSUL, FOCEM e Governos Locais**  
por Mayki Gorosito



Inovação e Coesão Social:  
capacitação metodológica e  
visibilidade de boas práticas

#### **Prefeitura Municipal de Montevidéu**

**Ricardo Ehrlich**, Prefeito de Montevidéu

**Alejandro Zavala**, Secretário Geral

**Luis Polakof**, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Integração Regional

**Ruben García**, Diretor da Divisão Relações Internacionais e Cooperação.

#### **RACINE**

**Claude Bapst**, Diretor de Racine

**Fernanda Mora**, Coordenadora de Programas

**Clarisse Krasa**, Encarregada de Projetos

#### **IHEAL-LOCAL**

**Bernard Pouyet**, Presidente de Local-Iheal

**Jean Francois Claverie**, Diretor da Cooperação Local-Iheal

#### **Fundação TIAU**

**Clara Braun**, Presidente

**Hugo Chamorro**, Integrante das Equipes de Trabalho

#### **Colaboradores**

**Conselho Geral dos Altos Pirineus**, França

**Mairie de Poitiers**, França

#### **Coordenação Geral**

Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

#### **Equipe do Projeto**

**Daiana Ferraro**

Diretora

**Jorge Rodríguez**

Gerente

**Mayki Gorosito**

Assessora Técnica

**Sabrina Croveto**

Responsável de Comunicação

**Claudia Martínez**

Assistente de Comunicação

**Mariela Couto**

Secretária

**Tania Fernández**

Secretária

**Gissela Acosta**

Finanças

#### **Escritório Sede**

Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades  
Divisão de Relações Internacionais e Cooperação  
Prefeitura Municipal de Montevidéu

Tel./fax: +5982-4136624/25 - 4102338

E-mail: [proyecto@inmercociudades.org](mailto:proyecto@inmercociudades.org)

Endereço: Luis Piera 1994, Escritório de Mercocidades  
- Edifício Mercosul CP 11200 Montevidéu, Uruguai

Web: [www.mercociudades.org](http://www.mercociudades.org)

# informa

Revista Nº 1 de **Inovação y cohesão social**  
Fevereiro, 2010

#### **Edição Geral**

Secretaria Técnica Permanente  
de Mercocidades

#### **Colaboração Jornalística**

Itatí Schvartzman

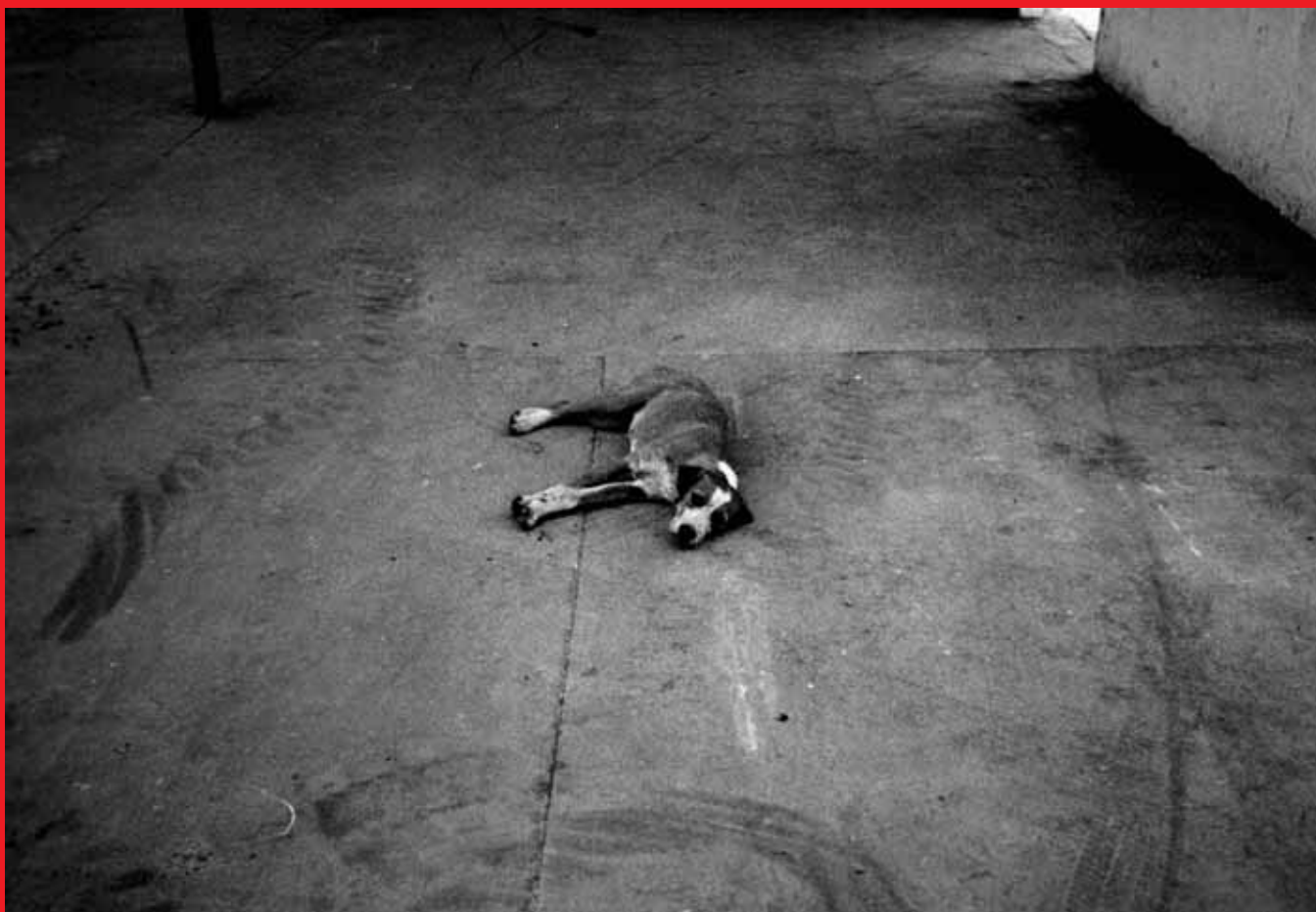
#### **Desenho Gráfico**

Diego Tocco

#### **Fotografia da Capa**

Gabriela Medina / Venezuela

**Inovação e coesão social** é financiada em um 90% pelo programa "Autoridades Não Estatais e Atores Locais para o Desenvolvimento - Ações Multipaís" da União Europeia. As opiniões expressadas nesta publicação não necessariamente refletem aquelas da União Europeia.



• Fotografia de Analía Pollio / Uruguai

# Apresentação



# informa

Esta Revista é a primeira de uma série que publicará o projeto **Inovação e Coesão Social** (IN). Nelas pretendemos mostrar a participação dos atores locais na integração regional, assim como as atividades e oportunidades de trabalho conjunto. Aspiramos a que estas publicações produzam documentação oportuna na hora de tratar temáticas tão prioritárias e complexas como a integração produtiva regional, a equidade de gênero, a cidadania regional, a inclusão social, a participação da sociedade civil, a cooperação público-privada e o desenvolvimento de políticas locais para alcançar os objetivos do milênio.

Esta primeira edição enfatiza sobre a temática Integração Produtiva Regional, seguindo as linhas priorizadas pelo eixo de trabalho impulsionado desde Mercocidades e o MERCOSUL. É uma temática transversal e capaz de gerar sinergias para o desenvolvimento e o fortalecimento dos dois atores prioritários para o projeto IN, os governos locais e as organizações da sociedade civil.

A integração produtiva regional é abordada com artigos e entrevistas a pessoas chaves imersas na análise e no desenvolvimento de uma visão comum desta temática, como são o Dr. Rubén Geneyro, o Emb. Hugo Varsky e o Lic. Carlos "Chacho" Alvarez, também são incorporadas as distintas visões de trabalhadores, cooperativistas e universitários. A visão política dos governos locais é exposta pelos que têm a responsabilidade de exercer a Secretaria

Executiva de Mercocidades, o Prefeito de Rosário, Miguel Lifschitz, e sua Secretaria Técnica Permanente, o Prefeito de Montevideú, Ricardo Ehrlich, a isso se soma a colaboração da Coordenação da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local de Mercocidades, exercida desde a cidade argentina de Morón. Também a União Europeia diz presente neste empreendimento não só através de seu financiamento, senão que também através de um artigo do Embaixador da Delegação da União Europeia em Uruguai e Paraguai, Geoffrey Barrett.

O leitor encontrará as referências ineludíveis sobre os sócios que deram vida a esta ideia, sua formulação, sua apresentação e agora execução deste projeto, são eles: a ONG francesa RACINE, o Observatório para as Mudanças em América Latina IHEAL-LOCAL, a Fundação TIAU da Argentina e a Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades.

Ao longo da revista também encontrarão fotografias de autores latino-americanos que gentilmente cedem suas obras para ilustrar esta publicação. Cada foto traz a referência do autor, sua nacionalidade e em um complemento incluímos uma breve resenha da experiência de cada fotógrafo. Expressamos nosso mais sincero agradecimento e reconhecimento por esta contribuição desinteressada que dá cor, movimento, estética e uma mensagem em cada uma das imagens que compartilhamos com o leitor.



• *Finisterra Hoppe IV* / Fotografia de Mariano Klatau Filho / Brasil







• *Finisterra Paisagem 2* / Fotografia de Mariano Klatau Filho / Brasil

# Governos Locais do **MERCOSUL: promotores de desenvolvimento**



## Inovar na inovação: para a construção de territórios solidários

Em todas as épocas as inovações criadas nas sociedades conduziram a processos de desenvolvimento territorial. Vinculadas ao surgimento de iniciativas individuais singulares, ao encontro de conhecimentos que acompanharam processos migratórios globais que fizeram confluir pessoas e comunidades diversas a terras de acolhida e de amparo, ao surgimento de conhecimentos vinculados às características e potencialidades de um território que souberam se converter em riqueza ou a iniciativas sábias e oportunas de governantes em resposta a capacidades de seu povo.

O conceito de inovação se instalou hoje em nossas sociedades, associado estreitamente ao conceito de desenvolvimento, como um requisito imprescindível para o progresso de nossas sociedades, para uma inserção eficaz no mundo globalizado, vinculado à geração de conhecimentos e à capacidade empreendedora, tanto individual como social.

Inovação é mudança, inovação é novidade.

Desenvolver capacidade de inovação é ter melhores condições para competir. Isso requer capacidades de geração endógena de novos conhecimentos. É necessário um sólido sistema educativo que gere capacidades

a todos os níveis, desde aqueles que se apóiam na sabedoria das mãos aos que possibilitam a exploração na fronteira do conhecimento em todas as áreas. Mas é indispensável um entrelaçado social particular, que possibilite, que estimule, que mantenha a cultura e as condições que geram inovação.

Podemos conceber a inovação para competir melhor, para desenvolver vantagens que permitam que um país, um território, uma cidade, possa obter benefícios a partir da criatividade, da capacidade empreendedora, da capacidade construtora de seu povo, de sua população. Centrados nas necessidades de um território, de uma cidade, esse é sem dúvida o caminho.

Entretanto, pensar no desenvolvimento de um território, de uma cidade, requer igualmente incluir no projeto de futuro as relações com os outros territórios, cidades, países. Se considerarmos ao desenvolvimento como inevitavelmente desigual, implica-se necessariamente em primeiros e últimos, devemos assumir que o progresso de um território vai estabelecer indefectivelmente desequilíbrios sociais e econômicos, trocas desiguais e criação de gradientes de oportunidades e de condições de vida que terminam gerando contextos desestabilizadores e movendo às populações, dentro e fora de suas cidades e territórios.



• Ricardo Ehrlich

Inovar na inovação no Século XXI, com a história de nossas civilizações, surge de repensar o termo de competência e competitividade no desenvolvimento, e incorporar o de complementação e co-desenvolvimento, procurando construir equilíbrios e um desenvolvimento em que seu caráter de sustentável incorpore plenamente o fator humano e social, tanto a nível local como global.

Por um lado, deve se assumir o desafio de construir espaços locais que se apoiem na capacidade de seu povo, em sua força empreendedora, em sua formação em todos os níveis. Espaços locais que concentrem fortes capacidades de educação, formação em todos os níveis e formação durante toda a vida, qualidade de vida democrática, condições de estabilidade, garantias e benefícios que permitam alentar, radicar e desenvolver investimentos.

Entretanto, o desafio deve ir mais longe.

As cidades e as sociedades tendem frequentemente e espontaneamente à separação, à fragmentação, e nos casos mais agudos à expulsão e a fratura. Uma sociedade que discrimina, que separa, que exclui, é uma sociedade doente. Aparece então com muita força a importância de construir cidades abertas, inclusivas, que se projetem ao futuro de forma sustentável, porque sua quali-

dade de vida se constrói para aproximar a seus habitantes, por ser terra fértil para o descobrimento das capacidades de seu povo e de oportunidades para desenvolvê-las, por construir pautas e condutas de convivência.

Essa cidade, esse território, que constrói igualdade com diversidade, mais igualdade e mais diversidade, deve ser construído sobre um conceito básico: o direito à cidade, o direito a ter um lugar onde viver, um lugar para viver. O lugar no mundo onde fazer seu projeto de vida, onde encontrar e compartilhar seus referentes e sua identidade. Territórios solidários, que se abrem a sua gente, as pessoas, territórios que se abrem fecundos para fixar raízes e dar frutos.

Em contextos de crise, de economias que desestabilizam e se desestabilizam, de populações que tendem a se fragmentar e que se deslocam, é importante manter firme o leme sobre a construção de territórios solidários e contextos internacionais solidários, com a bússola, o guia de compartilhar a construção do futuro e complementar capacidades.

O grande espaço latinoamericano tem uma enorme potencialidade de seguir esse caminho. Por sua história e por seu presente.



• Fotografía de Analía Pollio / Uruguay

## Inovação e coesão social: um projeto prioritário da Rede de Mercocidades

É para mim um prazer saudar esta primeira edição de "INforma". **Inovação e coesão social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas** é um projeto que com muita energia vem se desenvolvendo para o interior da rede de Mercocidades. Surgiu a partir da necessidade de fortalecer o âmbito local em nossa região através da capacitação de gestores locais com o objetivo de gerar desenvolvimento sustentável que integre às cidades da região.

O desenvolvimento de um esquema de complementação e inter-relação produtiva, que seja capaz de superar e incluir a articulação comercial, que tenha como prioridade a criação de emprego, o fortalecimento das pequenas e médias empresas de nossa região, e fundamentalmente orientado à criação de uma base produtiva comum, tem sido um velho desejo da rede Mercocidades; trabalhado desde diversos âmbitos da rede como as unidades temáticas, particularmente, a de Desenvolvimento Econômico Local; e eixo de numerosas Cúpulas da rede, tem sido abordado em publicações especializadas, em seminários internacionais e através de frutíferos intercâmbios.

Entretanto, e apesar dos diversos esforços que nesse sentido foram realizados, não tinham incluído desde um ponto de vista qualitativo e ao menos até agora, os que nesta primeira etapa do projeto desenvolveu "Inovação e Coesão Social"; isto é, o fortalecimento institucional dos governos locais do MERCOSUL que formam parte da Rede Mercocidades através da capacitação de seus gestores locais e dos integrantes de organizações da sociedade civil na matéria, na abordagem não só da gestão do ciclo do projeto senão também da busca de financiamento, que é desde a perspectiva das cidades talvez o ponto mais crítico deste tipo de iniciativas.

Assim mesmo, tem se insistido com singular força nesta primeira etapa com o fortalecimento do trabalho em rede, com a necessidade de abordar esta temática desde uma perspectiva de cooperação horizontal e com o imperativo de dar respostas às demandas da cidadania através da melhora da qualidade das políticas públicas de desenvolvimento econômico local dirigidas à complementaridade produtiva na escala regional.



• Miguel Lifschitz

Todas estas características que reuniu esta primeira etapa de "Inovação e coesão social" dão ainda maior relevância a este esforço co-financiado pela Comissão Europeia e pela Prefeitura Municipal de Montevideu, e que conta com o apoio de Racine, Fundação Tiau e Iheal-Local, e situam sobre novas bases as temáticas que formarão parte da segunda e terceira parte do mesmo, algumas como a de elaboração de projetos de integração regional com ênfase no gênero, que já estão atualmente em curso.

Uma vez mais a rede de Mercocidades demonstra com este tipo de iniciativas sua vitalidade, seu compromisso com a integração regional e sua capacidade de contribuir com projetos concretos a esta.

# A integração produtiva desde os Governos Locais, o papel da economia social

Para enfrentar a atual crise internacional é imprescindível o multilateralismo e uma decidida política de bloco, pelo que o MERCOSUL se encontra frente a um panorama decisivo para apostar no aprofundamento e na consolidação dos acordos estratégicos e dos laços de integração.

Esta situação configura hoje a prioridade do MERCOSUL como processo de integração, e se refere à necessidade não só de cumprir os pactos estabelecidos senão de empurrar um modelo de integração alternativo com uma nova agenda de propostas e iniciativas.

Quais poderiam ser esses novos temas? Fazendo uma pequena lista, aparece à coordenação de políticas macroeconômicas, a complementação produtiva através do surgimento de cadeias de valor mercosulenas, a complementação de políticas energéticas, educacionais, culturais, de direitos humanos, a complementação da infra-estrutura, o tratamento sério da livre circulação de pessoas, o reconhecimento de assimetrias e flexibilidades, a implementação plena e incremental dos Fundos de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), a estratégia comercial conjunta, a incorporação de novos sócios, o avanço nos processos de institucionalidade, etc.

Em todos estes temas é fundamental o papel que jogam os governos locais. A Rede de Mercocidades evidência um percurso de crescimento, avanços e transformações desde seu seio para o exterior, iniciando seu desenvolvimento com um núcleo de apenas doze cidades capitais, hoje alberga mais de duzentos membros e tem

tido suas últimas três conduções em cidades não capitais e incluso periféricas para os estados nacionais aos quais pertencem.

A dimensão social da integração vem ganhando impulso a partir da participação da sociedade civil nas distintas instâncias do bloco, um ponto a ressaltar, de grande importância, são as Cúpulas Sociais que ocorrem nas Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo. Assim que na que foi realizada em Assunção, onde se reclamou novos espaços para a participação cidadã, foi instaurado um decálogo de ideias que reforça e ilustra este novo período pelo qual atravessa o MERCOSUL: eleições limpas, livres e periódicas; estabilidade dos governos e melhoramento das instituições; aprofundamento da participação da cidadania no processo de integração; complementação de modelos de desenvolvimento econômico como princípio básico para o comércio inter-regional; redução da desigualdade existente na América Latina; luta contra a pobreza como tarefa prioritária; estratégia contra o emprego informal e precário; mais amparo social (segurança social, saúde, educação) como parte integral das sociedades; integração produtiva com foco na especialização e potencialização das micro, pequenas e médias empresas; preservação do meio ambiente como valor central para o futuro.

O trabalho que realizam os governos locais dentro da Rede em suas catorze Unidades Temáticas mostra várias das temáticas desta nova agenda que pretendemos do MERCOSUL e estão em íntima sintonia com estas demandas das organizações da sociedade.

1 Javier Terrani: Diretor de Promoção de Exportações, Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Local, Município de Morón.

2 Eugenia Navarro: Diretora de Promoção do Emprego e da Economia Social, Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Local, Município de Morón.

Desde a Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local (UTDEL) vem se trabalhando fortemente no processo de integração produtiva regional. Durante o ano 2008, nos dias 23 e 24 de outubro, foi realizado o 2º Encontro Latino-Americano de Institutos e Agências de Desenvolvimento Econômico Local (DEL) respondendo à importância da intervenção das organizações territoriais como atores dentro da Rede de Mercocidades. O Município de Morón como coordenador da UTDEL organizou este importante encontro de cidades e agências DEL, que contou com a ativa participação de mais de setenta cidades dos cinco estados nacionais do MERCOSUL. De igual modo e a continuação do Encontro Latino-Americano, nos dias 25 e 26 de outubro, foi realizada em Morón a 3ª Feira da Cooperação e Encontro Regional de Economia Social. Após a 1º e 2º edição, a Feira da Cooperação se instalou como ponto de encontro permanente do movimento cooperativo, mutualista e de empreendimentos de autogestão da Argentina. Para sua terceira edição, no âmbito da participação ativa da cidade de Morón na Rede de Mercocidades, foram redefinidos os alcances deste encontro de economia social para realizá-lo no âmbito das ações de integração regional que o distrito promove e realiza. Neste sentido cabe destacar, que para nós, a economia social não é só uma forma de administração empresarial, senão que é uma aposta conjunta do governo e dos atores sociais e econômicos locais carregada de um forte sentido político e transformador.

O processo da Feira da Cooperação, desde sua origem em 2003, levou consigo todo o sinal da crise que arrastava o país, mostrou as diversas formas associativas da economia social, que a comunidade apelava para sair da crise, encabeçada pelas cooperativas de trabalho e pelos empreendimentos de autogestão. Em 2005, tendo como eixo a reafirmação dos princípios e valores associativos, demonstrou a capacidade de organizar a produção, a distribuição, o consumo de bens e serviços, reafirmando os âmbitos de integração e articulação.

A FEIRA DA COOPERAÇÃO 2008 a partir de seus 4 eixos: a equidade de gênero, a unidade do movimento cooperativo, a inserção na economia e o processo de integração Latino-Americana, nos permitiu conhecer e avaliar as condições para disputar um espaço mais amplo na economia nacional e regional.

A participação de organizações e atores da Economia Social e Solidária de todo o país, cidades da Rede de Mercocidades e do MERCOSUL nos permitiu debater e propor interesses comuns, estabelecendo como premissa as tarefas que devem assumir as organizações da economia social e o Estado. Foi objetivo deste encontro que estas iniciativas contribuam para a construção do sujeito social do cooperativismo com uma agenda comum.

Nas distintas oficinas se expressou o contexto exigente no qual devem se consolidar as entidades, o desenvolvimento através de assembleia sustentável desde o interior das organizações associativas como princípio básico, e a competência nas relações comerciais do sistema econômico. Esta equação expõe um exercício permanente na vinculação entre os eixos estratégicos definidos pelos associados e a agilidade gerencial que permita aproveitar oportunidades. A falta de acesso ao crédito foi exposta em todas as oficinas como uma das principais dificuldades,

## Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local

Criada em 1997, a UTDEL vem trabalhando ativamente na promoção das atividades econômicas das cidades que são o motor do crescimento e do desenvolvimento dos territórios, identificando aquelas não tradicionais e promovendo ativamente a economia social e solidária. Este trabalho, o fazemos desde a convicção das novas funções dos Governos Locais e desde os princípios axiológicos do irrenunciável dever de trabalhar sobre e com a realidade para transformá-la em direção a melhor qualidade de vida da população. O desenvolvimento local não é só a resposta das cidades as forças neoliberais da pós-moderna globalização, senão que abreva na vocação política de organizar e construir poder popular por meio de um projeto coletivo que resulte da sinergia dos atores da cidade em busca articulada do crescimento com equidade.

Nossa concepção do desenvolvimento econômico local supõe um imaginário comum, consensuado, coletivo, que representa os interesses das maiorias e que em termos de perfil e projetos de atividade econômica, prioriza e promove os que impactam positivamente em nossos territórios, impulsionando a geração de riqueza com valor agregado local e facilitando o emprego digno.

Neste âmbito, o SUL, o Mercado Comum do Sul, seus Estados e suas Cidades se constituem num baluarte irredutível de espaço político, social, cultural e econômico, que fortalece a defesa dos interesses dos habitantes de nossas cidades, a fim de favorecer a construção da identidade sócio-cultural, e a política de complementação produtiva e a aliança comercial.

O desenvolvimento local não pode ser entendido de outro modo que participativo e protagônico, onde a cidade e seus agentes em forma simultânea interagem, e vão sendo atores e sujeitos produto das intervenções que possibilitem uma visão construída coletivamente.

Atualmente, a Unidade está trabalhando na criação de um Banco de Boas Práticas de Gestão que recolhe e difunde experiências inovadoras dos governos locais e das agências de desenvolvimento econômico nas cidades membro da Rede.

expressando limites para o crescimento e para a consolidação das empresas de Economia Social, neste sentido se insistiu em pedir uma melhor intervenção do Estado na cadeia de valor.



A FEIRA DA COOPERAÇÃO 2008 ajudou a diminuir os efeitos dos momentos de dispersão do movimento, mostrando não só o potencial produtivo e de serviços senão como também o debate de ideias, contribuindo a um posicionamento do setor em questões relativas às cooperativas de serviços públicos e suas dificuldades para se consolidar; a colaboração cada vez mais necessária dos âmbitos acadêmicos, em particular a universidade pública; a visão do cooperativismo à nova lei de radiodifusão; a participação da mulher em âmbitos de condução do movimento cooperativo.

A mostra de empreendimentos produtivos de autogestão foi incorporada à discussão para determinar as ferramentas que os consolidem como atores formais da Economia local, sem perder os valores irrenunciáveis da Economia Solidária: o consumo responsável e o comércio justo; contou com participantes de Santa Maria - Brasil, Canelones e Montevideu - Uruguai, Rosario, Corrientes, Rio negro, interior da Província de Buenos Aires e Morón - Argentina.



A FEIRA DA COOPERAÇÃO 2008 demonstrou com exemplos de todo o país e da região, que ainda que com tropeços e dificuldades, é possível produzir com outras lógicas, onde o que regula a atividade econômica é a cooperação, a democracia, a ajuda mútua e a solidariedade, onde o fim não é a maximização dos lucros senão a geração de excedentes como meio para garantir uma maior produtividade social e uma melhor qualidade de vida, para a construção de uma sociedade mais justa.

Continuaremos trabalhando mancomunadamente para reforçar as conquistas obtidas junto às cidades da UTDEL e simultaneamente no fortalecimento das cadeias de valor, que permitam ampliar as possibilidades e o horizonte de desenvolvimento das PMEs que contribuem marcadamente na dinamização da economia e na redistribuição da renda. Assim mesmo, também direcionaremos nosso esforço na consolidação do movimento da economia social e solidária, apoiando a participação dos atores nas feiras que são realizadas nas cidades da UTDEL e através da organização da 4ª Feira da Cooperação 2010. Estas atividades propostas são de fundamental importância para a Rede e para as cidades, devemos incentivar a superação dos desafios e apontar para uma participação convergente dos governos locais e das organizações dos territórios.



• Imagens da Feira da Cooperação 2008

## Referências bibliográficas

- Porta, Fernando, 2006. "Cómo reinsertar el Mercosur en una agenda de desarrollo. Problemas y política". *Cuadernos del CENDES*, año 23 N° 63, pp. 1-26.
- Caetano, Gerardo, 2007. "El Mercosur en el cruce de caminos". *Cuadernos del CENDES*, año 23 N° 63, pp. 27-57.
- *Revista Diálogo*, 2009, de la Secretaría Ejecutiva de Mercociudades, N° 25.





• Patagonia 16 / Fotografia de Adrián Markis / Argentina

# Integração Produtiva Regional



# Integração Produtiva, uma nova oportunidade para os Governos Locais

A integração produtiva tem tido um particular espaço na agenda do MERCOSUL nos últimos anos, por isso o aprofundamento da temática, com seus potenciais alcances e restrições que enfrenta, se transforma em um elemento de interesse para os diversos atores sociais, e em particular para analisar as oportunidades e desafios para os governos locais.

Por outro lado, deve se considerar que uma proposta tão ambiciosa se contempla no contexto no qual se desenvolve, e por certo o atual - tanto internacional como regional - é particularmente complexo.

A fim de realizar uma resenha integral e concreta (pela multiplicidade de fatores que se encontram envolvidos), se considera oportuno centralizar a presente análise a partir da seguinte pergunta: **Como enfrenta o MERCOSUL a possibilidade de avançar para um processo de integração produtiva?**

Para esboçar uma primeira resposta considero necessário contemplar três âmbitos:

- o modelo de integração proposto
- a agenda definida politicamente
- as ações concretas para sua consolidação

Por último, serão analisadas as alternativas de participação dos governos locais.

## Modelo de integração e as “etapas” do MERCOSUL

Os primeiros 18 anos do processo de integração regional, mostram que se enfrentaram diversas etapas, as quais condicionaram o modelo e as possibilidades (ou interesse real) de aprofundamento.

A partir de grandes eixos, poderíamos marcar que existiram 4 etapas centrais nestes anos com algumas características particulares que construíram um modelo de vinculação regional. São elas:

### - O MERCOSUL “exitoso”, de 1991 - 1998

A etapa inicial do MERCOSUL foi baseada num eixo excludente, o comercial. Sem dúvida, acorde às teorias predominantes do momento (Consenso de Washington), o mercado tudo poderia resolver. Desde essa visão parcial, baseada na desgravação alfandegária, e dado o incremento dos intercâmbios comerciais e da potencialidade de acordos com terceiros mercados (momento de múltiplas negociações), esta etapa pode se considerar como que cumpriu com os objetivos propostos.

Um parágrafo adicional, para marcar duas características particulares deste período. Em primeiro lugar, marcou uma clara diferença com a etapa inicial dos acordos na região, de meados dos anos 80, que perseguiram os princípios de flexibilidade, equilíbrio e simetria no es-

\* Advogado e Especialista em Integração Latino-Americana (UNLP). Consultor de organismos públicos e privados sobre MERCOSUL. Foi Coordenador de Relações Internacionais do Governo da Cidade de Buenos Aires (2000-6), onde teve ampla participação em Mercocidades (sendo Coordenador da Secretaria Executiva 2004/5). Participou, desde 2006, em diversas instâncias do MERCOSUL sobre Integração Produtiva. Atualmente, coordena o Programa para o Desenvolvimento Regional e Setorial (PRODER) do Banco da Nação Argentina.

queima da integração. Em segundo termo, este período relativizou tanto a estrutura institucional do bloco (com uma grande concentração da tomada de decisões) como à participação dos diversos atores sociais.

### - O cenário de dúvidas, de 1999 - 2002

As mudanças no contexto da região marcaram um novo momento para o processo regional. As desvalorizações, as crises econômicas, sociais e políticas que enfrentaram os distintos países, a desaceleração dos intercâmbios comerciais (caindo à metade em 2002, com respeito a 1998), o estagnamento das relações externas e o ressurgimento dos conflitos intrabloco, estabeleceram um cenário de questionamentos para o projeto regional e de desconfiança entre os governos dos Estados Partes.

### - Um novo modelo? 2003 - 2006

A partir do novo contexto político (com novas lideranças na região e firmes discursos a favor da integração regional) e uma melhora permanente na situação econômica (etapa de crescimento sustentável em todos os países), começaram a se reverter às tendências negativas no MERCOSUL. Assim se foi recuperando, parcialmente, o mercado regional e se ampliou a agenda para o processo de integração (a Dec. 26/03, do Programa de Trabalho 2004-2006 reflete claramente), para avançar em temáticas institucionais (como o Parlamento do MERCOSUL), econômicas (FOCEM, debate sobre as assimetrias, Banco do Sul) e políticas (como a oposição a restabelecer a discussão sobre o ALCA na Cúpula das Américas, em Mar del Plata em 2005).

Este novo contexto, gerava condições propícias para estabelecer um novo modelo de integração a partir do aprofundamento de novos aspectos, mas não todos puderam avançar de acordo às expectativas geradas.

### - Um novo marco de incertezas, 2007 à atualidade

Apesar do contexto de crescimento que a região mantinha e da consolidação das lideranças políticas nacionais, diversas circunstâncias foram modificando o cenário regional, o qual derivou num impacto na dinâmica do MERCOSUL.

O conflito gerado entre Argentina e Uruguai a raiz da radicação de Botnia, os questionamentos dos países de menor desenvolvimento pelos escassos avanços para diminuir as assimetrias na região, os impactos diferenciados no comércio e nos investimentos estrangeiros, entre outros, foram gerando algumas consequências que dificultaram os avanços do processo regional e, especialmente, voltaram a marcar uma caída nas expectativas sobre o MERCOSUL.

Isto levou a um maior protagonismo do vínculo bilateral entre seus integrantes e dificuldades nas posições comuns em foros multilaterais.

Atento ao expressado, desde 1991 foram gerados diversos cenários, pelo qual (na primeira etapa) o MERCOSUL passou de um contexto favorável com predomínio do mercado (comércio ascendente e altos níveis

de IED na região), mas sem contemplar as assimetrias estruturais entre seus membros e relegando as possibilidades de maior coordenação entre seus membros. Na segunda etapa, diminuiu tanto o comércio, como as IED e se somaram assimetrias artificiais geradas por seus próprios membros. Posteriormente, num âmbito de crescimento econômico foram gerados movimentos diversos em termos de importações e exportações, assim como também nas IED (tendo Brasil um forte papel como investidor na região e menor vinculação comercial relativa), tudo isso com um relevante impacto na matriz produtiva de cada país do bloco e, por conseguinte para o MERCOSUL.

Como observamos nesta pequena resenha das principais etapas que teve o MERCOSUL, sempre esteve condicionado pelo contexto (externo e interno); mas –como diz Aldo Ferrer– **tem que diferenciar entre o “MERCOSUL Ideal e o MERCOSUL Possível” e “evitar reclamar ao MERCOSUL o que, ao menos num futuro previsível, não pode proporcionar**. A tais fins deve se lembrar que a integração se desdobra em três planos: a situação interna dos países membros, as regras do jogo da integração e a projeção conjunta para o resto do mundo”.

## A integração produtiva na agenda do MERCOSUL

O novo contexto que o MERCOSUL começou a transitar na terceira etapa assinalada, deu lugar ao surgimento de iniciativas para transitar para um modelo de integração mais profundo, que contemplasse aspectos como a redução das assimetrias, a cooperação científico-tecnológica, a maior participação dos atores sociais e uma institucionalidade acorde a esses objetivos. Nesse âmbito a integração produtiva (IP) começa a ter um maior protagonismo na agenda do bloco.

Como um ponto central para a temática, deve se assinalar à Cúpula de Córdoba de julho de 2006, onde surgem três planos distintos de apoio para a temática. No político, surgem declarações (presidenciais) de compromisso com a mesma; no normativo, se estabelecem decisões para orientá-la (como as relacionadas ao Banco de Desenvolvimento, ao FOCEM ou assimetrias, às temáticas todas relacionadas com a possibilidade de trabalhar para a IP), e no social se realiza de forma simultânea uma “Cúpula pelo MERCOSUL produtivo e social” que oferece um âmbito de apoio desde diversos atores da sociedade regional.

**A principal conquista até o momento é que a IP começa a estar presente na agenda prioritária do bloco** e assim pode se marcar distintos momentos e decisões. Entre eles:

- Cúpula de Córdoba (julho de 2006, com o reconhecimento no Comunicado Conjunto dos Estados Partes e a instrução presidencial para formar um “Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional”);

- Discussão sobre as “Pautas para a integração produtiva” (apresentada pelo Brasil no SGT 7 em novembro de 2006);

- Fundo Pme (criado a partir da Dec. 22/07, Assunção, junho de 2007);

- Ações da CRPM (a partir do Seminário “Integração Produtiva no MERCOSUL”, julho de 2007);

- Grupo Ad Hoc de Integração Produtiva (Montevideu, dezembro de 2007, Dec. 52/07);

- Programa de Integração Produtiva (Tucumán, julho de 2008, Dec. 12/08);

- Fundo MERCOSUL de Garantias (Salvador, dezembro de 2008, criação por Dec. 41/08, aprovação do Estatuto por Dec. 42/08).

**Um aspecto a destacar é que estes avanços não estiveram necessariamente envolvidos num debate profundo sobre qual integração produtiva se pretende para a região.** Para isto podemos citar algumas definições como as expostas por:

**López e Laplane:** “A ideia de promover a complementação produtiva aponta a gerar maior valor agregado das distintas fases do processo de produção de bens e serviços, e melhorar a competitividade das empresas que participam em tal processo através do aumento da “eficiência coletiva” das respectivas cadeias de valor.” (2004)

**Fernando Porta:** “A integração produtiva no MERCOSUL supõe o desenvolvimento conjunto de vantagens dinâmicas e a geração de processos de escalonamento e melhoramento produtivo em todos os países do bloco. Quando a desigualdade nas capacidades produtivas e competitivas é muito marcada, as medidas de natureza meramente compensatórias podem ser insuficientes para garantir a coesão dos países membros em torno do objetivo regional; o desenvolvimento de novos processos de especialização e complementação produtiva pode facilitar a convergência estrutural das economias participantes e induzir uma distribuição equitativa dos benefícios da integração entre elas.” (2007)

Desde a CRPM se pensou nesta necessidade e assim se expuseram diversas opiniões sobre IP (Seminário de 2007), porém se encontraram opções muito distintas para avançar sobre a mesma, como o demonstram o exposto por Porta ou o documento da União Industrial Argentina (“O conceito de “integração produtiva” - prévia precisão de seus objetivos e alcances - poderia ser um instrumento eficaz para ajudar a resolver alguns temas inconclusos no processo de constituição do MERCOSUL, porque poderiam se alcançar algumas convergências nas políticas comerciais dos Estados Partes...”se bem, em última instância que se concretize a integração é uma decisão de “mercado” - que é a que toma o empresário que decide se associar, ou investir numa parte do processo ou compartilhar um terceiro mercado - a mesma depende do entorno das políticas comerciais locais e regionais e dos mecanismos de promoção governamental nacional, provincial e municipal” ).

## Ações para avançar na IP

As explicações mais concretas para avançar na matéria - geradas pela estrutura institucional do MERCOSUL - surgiram a partir da decisão de formar o Fundo Pme, que derivou numa primeira etapa no Fundo MERCOSUL de Garantias e no Programa de Integração Produtiva.

No primeiro caso, os debates para formar um fundo a fim de que pequenas e médias empresas o utilizassem em projetos regionais, derivaram na Dec. 41/08 que criou um **Fundo de Garantias**, com uma contribuição inicial de U\$S 100 milhões, que permitirá garantir direta ou indiretamente as operações de crédito de micro, pequenas e médias empresas que participem em atividades de integração produtiva do MERCOSUL, conforme ao Estatuto que o regula.

A dinâmica de formação do Conselho de Administração do Fundo, a licitação para definir ao Operador do Fundo e a firma de convênios com instituições para fazê-lo operativo são os desafios para estabelecer um mecanismo acreditável e útil as pmes da região.

**O Programa de IP, aprovado em Tucumán em julho de 2008, estabeleceu uma série de ações para cumprir com o objetivo de “contribuir para fortalecer a complementaridade produtiva de empresas do MERCOSUL, e especialmente a integração nas cadeias produtivas pmes e das empresas dos países de menor tamanho econômico relativo, a fim de aprofundar o processo de integração do bloco...”.**

Se este objetivo geral é analisado com a justificação do Programa (“...isto implica na modificação dos padrões produtivos através de novas designações de recursos produtivos, modificando o padrão de intercâmbio comercial, considerando uma perspectiva regional”), **demonstra uma proposta demasiado ambiciosa contemplando a situação geral do MERCOSUL (etapa caracterizada por “um novo âmbito de incertezas”) e a operatividade possível - na atual dinâmica - destes instrumentos.**

Mas é importante fazer uma breve resenha das linhas de ação a nível horizontal e setorial previstas no Programa:

Entre as horizontais se propõe: a) cooperação entre os organismos/entidades nacionais, articulando os instrumentos vinculados ao desenvolvimento de empresas, em particular as micro e pmes para apoiar o processo de integração produtiva, b) complementação de instrumentos e entidades nacionais vinculadas com a pesquisa e o desenvolvimento, e a transferência de tecnologia, c) programa regional de capacitação de recursos humanos em IP, d) articulação com outras instâncias do MERCOSUL, e) observatório regional permanente sobre IP no MERCOSUL, f) medidas de facilitação do comércio, g) financiamento e cooperação (FOCEM, Fundo Pme...).

Entre as ações a nível setorial, se propicia o trabalho em: I) Foros de Competitividade das cadeias produtivas do MERCOSUL, II) Iniciativas setoriais de IP.

O Programa também fixa uma metodologia para sua implementação baseado em 4 aspectos:

- Representantes governamentais que serão pontos focais para cada iniciativa.



• Geneyro na XIV Cúpula de Mercocidades em Rosario, Argentina, 2009.

- Representantes dos setores produtivos correspondentes que integrarão as iniciativas pertinentes.

- Um Estado Parte estará encarregado da coordenação técnica de cada iniciativa.

- Todas as iniciativas buscarão a participação de todos os Estados Partes, e especialmente os de menor tamanho relativo.

**As principais iniciativas em andamento foram apresentadas pelo Brasil**, são elas: o desenvolvimento de fornecedores de petróleo e gás (particularmente a partir da Petrobrás); programa de complementação da cadeia automobilística, integração de cadeias produtivas conectadas ao Turismo e a um programa de articulação empresarial para a IP.

Os últimos avanços registrados na IV Reunião do Grupo de IP (13 de julho de 2009) foi uma série de iniciativas (criação de um Portal Empresarial do MERCOSUL, começo da vinculação com Pmes, mecanismos que facilitem a utilização dos fundos do FOCEM para estes projetos) que demonstram que o processo avança com passos isolados e não como resposta a uma decisão política forte dos Estados Partes (ao qual deve se somar às reduzidas delegações nacionais participantes).

Por tudo isto, se propôs desde um início a **necessidade de uma mudança da dinâmica para poder abordar à integração produtiva no MERCOSUL**, já que esta requer de políticas específicas, as quais definam instrumentos para seu desenvolvimento.

Esta nova dinâmica necessita de algumas condições, como: coordenar agendas nacionais com objetivos regionais, desenhar instrumentos de apoio (com altos níveis de operatividade, assistência técnica e recursos), a participação ativa do tramado PME (para consolidar outra lógica de vinculação produtiva, que não se sustente só nas opções das Empresas Transnacionais ou Translatinas); estas devem estar baseadas num correto diagnóstico do contexto produtivo regional e das principais cadeias de valor existentes na região.

Por último, e como se mostrou, **deve se considerar que o contexto produtivo mudou substancialmente nos últimos anos**. Se bem a região teve um crescimento econômico importante entre 2003 e 2008, os impactos foram muito diversos (em termos de IED, exportações, importações, e tramado produtivo). E nesse cenário deve se contemplar a um Brasil com maior presença na escala global, com um forte processo de investimentos na região, com modificações em sua vinculação comercial, mas particularmente com um Brasil "maior e produtivo". Por isso,

como provêm alguns estudos, no Brasil existem posições diversas sobre sua vinculação com a região, mas há um consenso em “o reconhecimento que os mecanismos desenvolvidos nos anos 90 são insuficientes para tratar da complexidade dos temas de interesse do Brasil na região”<sup>2</sup>.

## A colaboração local

Pelo já exposto, surge que avançar na integração produtiva requer de uma nova dinâmica (compromisso político, agenda positiva, instrumentos acordes e em tempo real, entre outros), **como assim também da demonstração de ações e resultados concretos; e aqui começa a se encontrar o espaço que os governos locais podem oferecer ao MERCOSUL.**

Deve se destacar que desde a condução do bloco regional existiu um limitado interesse em oferecer protagonismo a outros atores, tanto a nível subnacional, como da sociedade civil. Isto mais além dos espaços institucionais formais, como o Foro de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL ou o Foro Consultivo Econômico - Social, que não conseguem impactar na agenda regional.

Por isso também se constitui num **desafio desde o local**. Pensar (como se expõe desde Mercocidades) em **projetos regionais** e não só em mecanismos de vinculação externa tradicionais. **Gerar propostas produtivas (a partir das respectivas estratégias de desenvolvimento local) com interesses comuns.**

Pelo qual, existem diversos planos para poder avançar na concretização de projetos de integração produtiva, desde o local:

- **Identificação de projetos.** A partir dos planos de desenvolvimento local, surgirão as principais áreas produtivas para consolidar<sup>3</sup>, dentro das quais algumas terão potencialidade para sua expansão no MERCOSUL.

- **Somar aos diversos atores locais** vinculados, em particular o tramado produtivo, demonstrando os benefícios possíveis.

- **Superar a visão tradicional de vinculação externa**<sup>4</sup> (como intercâmbio de experiências, participação empresarial em feiras e rodadas de negócios, oferta produtiva local, entre outros) pela busca de potenciais sócios, fornecedores ou elos de uma cadeia, para somar valor agregado.

- Elaborar um projeto de integração produtiva com a participação dos governos locais e seus produtores e empresários.

- Identificar os **principais instrumentos e obstáculos** para sua concretização;

- Buscar **colaboração** desde os diversos organismos nacionais e do MERCOSUL para avançar no projeto regional.

A proposta é “investir” na dinâmica tradicional do MERCOSUL (de estabelecer projetos macro, que requerem de um longo processo para seus resultados finais) a partir de projetos pontuais regionais, que surjam desde iniciativas locais.

Para que este “espírito regional” possa ser trabalhado rapidamente, são muito importantes tanto as experiências de fronteira como o trabalho desenvolvido por Mercocidades<sup>5</sup>, já que é aonde se encontrarão com maior facilidade àqueles decisores locais que possam aproveitar esta dinâmica.

Atualmente, vem se elaborando uma pesquisa, desde **Incidir**<sup>6</sup>, sobre a participação das cidades em Mercocidades, entre seus resultados (parciais) podem se ressaltar:

- Entre as principais expectativas desta participação se encontram a busca de cooperação / intercâmbio de experiências (92%) e a integração produtiva (46%).

- As maiores participações são nas Unidades Temáticas de Cultura, Desenvolvimento Local e Turismo.

- Entre os aspectos que devem ser aprofundados para alcançar maiores conquistas para as cidades se encontram: envio de informação sobre as possibilidades que o MERCOSUL oferece às cidades (42%), promoção das

2 Grupo de Trabalho “Brasil na América do Sul” (2007), iniciativa conjunta de CINDES e CEBRI.

3 Estes projetos podem ser de diferentes setores de atividade (agropecuários, industriais, tecnológicos, de serviços, etc.), segundo a realidade produtiva das respectivas cidades. A possibilidade de motorizá-lo desde Mercocidades, se dá por seu trabalho nos diversos planos do desenvolvimento local, pelo qual os projetos podem surgir desde setores tradicionais como alimentos ou metal-mecânico ou avançar em outros, como turismo ou as indústrias culturais (isso o definirão os respectivos planos de desenvolvimento local).

4 Existiram experiências diversas (como a longa trajetória em CRECENEA - CODESUL), mas nenhuma interpretou o espírito político “comunitário” de Mercocidades. Pode se destacar a recente concretização (maio de 2009) do Grupo de Integração Produtiva de Misiones, a partir de um dispositivo conjunto entre o GIP Mercosul e a Província de Misiones (Argentina), que perseguirá um trabalho coordenado público-privado para colaborar com todas as iniciativas que surjam nessa região.

5 Isto vem sendo tentado desde a Unidade Temática de Desenvolvimento Local, mas não sempre o resultado final tem sido o de concretizar um “projeto regional”, pois se há encontrado dificuldades no próprio esquema de trabalho que tem impedido se aproximar ao desafio aqui proposto. Veja “A experiência de Rosario na coordenação da UTDER”, em Políticas de Integração Regional, setembro de 2007, Tandil.

6 INCIDIR (Iniciativas para Cooperação Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional) é uma organização não-governamental, com sede na Argentina. [www.incidir.org.ar](http://www.incidir.org.ar). A pesquisa foi respondida por mais de 40 cidades da Rede.



• Plaza de la Constitución, octubre 2005 / Fotografía de Luis Weinstein / Chile

vinculações com os setores produtivos da região (42%), incorporação nos debates a atores sociais nos projetos da Rede (23%).

Estes resultados ressaltam a possibilidade de trabalhar nos planos que se enumeraram, mas também demonstram (junto à experiência dos anos de trabalho na Rede) que se requer um impulso permanente e claro, para que o objetivo de alcançar “projetos produtivos regionais” seja atingido.

Sem dúvida, esta não será a única alternativa para os governos locais no âmbito da integração produtiva, já que também poderão usar as possibilidades que são geradas desde as instâncias MERCOSUL (como o Grupo ou o Plano de Integração Produtiva, o FOCEM ou os Fundos Pmes ou de Garantias); para o qual deverão realizar um seguimento permanente para a elaboração de propostas.

Em ambos casos (gerando projetos próprios ou colaborando dentro dos instrumentos que oferece o MERCOSUL) será uma colaboração inédita para o bloco e gerará um “desafio” às estruturas regionais; já que possivelmente surgirão as limitações (ou baixos incentivos) que o atual esquema normativo, institucional e burocrático gera para os projetos regionais.

Por tudo já exposto, o MERCOSUL segue transitando seu complexo processo de crescimento num contexto regional e internacional de incertezas. A integração produtiva pode se transformar numa das ferramentas para modificar as expectativas no bloco, mas se trata de um projeto de médio e longo prazo.

**Desde o local pode se dinamizar esse processo, colaborando em consolidar “projetos piloto”, sob um mecanismo de vinculação “inédita” que mostre articulação regional e plena participação dos diversos atores locais.**

## Bibliografia consultada

- Geneyro, Rubén (2007). “MERCOSUR Productivo. Nuevo desafío en la agenda regional”. Desarrollo Pyme N° 1. Revista de la Subsecretaría de la Pequeña y Mediana Empresa y Desarrollo Regional / Argentina.
- Geneyro, Rubén (2007). “Integración productiva en la agenda regional. Oportunidades para el desarrollo local”. DIALOGO N° 24 Revista de la Secretaría Ejecutiva de Mercociudades.
- Lopez, Andres y Laplane, Mariano (2004). “Complementación productiva en MERCOSUR. Perspectivas y potencialidades”. Serie Documentos sobre el MERCOSUR.
- Mercociudades (2007). “Políticas de integración regional. Experiencias locales exitosas en el MERCOSUR. Seminario realizado en Tandil.
- MERCOSUR. Documentos oficiales.
- Porta, Fernando (2007). “Integración productiva en el MERCOSUR. Condiciones, problemas y perspectivas”. Documento preparado por encargo del Departamento de Integración y Comercio del BID.

“Devemos-nos um debate profundo, apesar de todas as mudanças que houve, tanto em nível global como regional, não existiu esse debate para atualizar o projeto de integração”

**- Qual é, desde seu cargo, a visão sobre a Integração Produtiva do MERCOSUL? Poderia relatar alguma experiência concreta a modo de exemplo?**

A perspectiva pela qual estamos trabalhando há praticamente três anos é a de colocar à Integração Produtiva junto à coesão social e às políticas de inclusão como centro do projeto de integração, ou pelo menos em igual nível de importância que a política comercial. Dar um tratamento específico de caráter regional, ao mesmo tempo em que construir e desenhar de comum acordo entre os países, um novo suporte institucional que dê continuidade a essa política, e basicamente, projeção comunitária re-

gional. Isso teria que estar enquadrado numa renovação profunda, porque o MERCOSUL tem tido uma gama de desajustes, uma brecha entre os discursos que emergiram da nova associação política e econômica da região a partir de 2003 e a realidade efetiva que seguiu tendo como premissa dominante o mesmo MERCOSUL que herdamos da década 90, quer dizer: houve uma mudança discursiva que não se traduziu na implementação de políticas ou numa atualização dessa realidade institucional do bloco.

Instalamos na agenda o tema da Integração Produtiva (IP), trabalhando justamente sobre esse eixo. Na gestão conseguimos alguns avanços que para mim são realmen-

te insuficientes, porque a IP teria que ser o tópico que complementasse os modelos de desenvolvimento dos países, que gerasse associações virtuosas entre, principalmente, as pequenas e médias empresas nos campos onde o MERCOSUL é competitivo, sobretudo nos setores agroindustriais. Porque é aonde produzimos as mesmas coisas e competimos, não somos complementares, teríamos que encontrar funcionalidades que nos fizessem associarmos com estímulos creditícios, e não só como se conseguiu com o Fundo de Garantias, senão basicamente recursos promocionais que permitissem e incitassem a um compromisso para a associatividade. Quero dizer que as empresas melhorariam sua inserção no merca-





• Carlos “Chacho” Álvarez

**CRPM:** A Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) foi criada em dezembro de 2003 por meio da Decisão CMC N° 11/03, como órgão do Conselho Mercado Comum, no âmbito do processo de fortalecimento das instituições do MERCOSUL. Acreditados por seus respectivos governos, os Representantes Permanentes de cada Estado Parte do MERCOSUL, sendo estes os integrantes da CRPM. Já a Presidência é exercida por uma personalidade política destacada, de nacionalidade de um dos Estados membros do bloco, designada pelo Conselho do Mercado Comum a proposta dos Senhores Presidentes dos Estados Partes. A CRPM funciona de modo permanente na cidade de Montevidéu e participa, em todas as atividades que lhe sejam requeridas, ao Conselho do Mercado Comum e a Presidência Pro Témpore do MERCOSUL, também apresenta iniciativas ao Conselho do Mercado Comum sobre matérias relativas ao processo de integração do MERCOSUL, as negociações externas e a formação do Mercado Comum. Assim mesmo, é de sua competência afiançar as relações econômicas, sociais e parlamentares no MERCOSUL, estabelecendo vínculos com a Comissão Parlamentar Conjunta, com o Foro Consultivo Econômico e Social, e com as Reuniões Especializadas do MERCOSUL. Carlos Álvarez foi reeleito em seu cargo de Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL em dezembro de 2007 (Dec. CMC N°51/07) e em dezembro de 2008 por Decisão CMC N° 32/08.

**Carlos “Chacho” Álvarez:** Nasceu no dia 26 de dezembro de 1948. É Licenciado em História da Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires. Trabalhou como Docente, Consultor do PNUD, foi fundador e diretor da revista-livro de ensaios político-sociais Unidos (1985-1989). Vice-presidente da República Argentina e Presidente do Senado da Nação (1999-2000).

Deputado Nacional durante os períodos 1989-1993, 1993-1997 e 1997-2001.

Deputado Nacional Constituinte (1994). Participou como observador internacional do processo de eleições da República Dominicana (maio de 2004) e nas eleições da autoridade nacional da Palestina (janeiro de 2005). Desde 8 de dezembro de 2005 até dezembro de 2009 exerceu o cargo de Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL.

do regional para se inserirem após no mercado internacional com uma política pública regional, sem cair necessariamente na supranacionalidade, mas é clara a necessidade de novos apoios organizativos e institucionais. O MERCOSUL não pode seguir colocando como eixo central o comercial, a verdade é que mais além dos avanços conseguidos existe muita desconformidade, sobretudo dos países de economias menores. Porque deixar livre o MERCOSUL às políticas do mercado é a melhor forma de aumentar as assimetrias estruturais e as de políticas públicas.

Por exemplo: Brasil tem muita intervenção estatal na promoção das exportações, no incentivo a suas empresas, etc., e senão se constroem novas afinidades e não se reconstrói o ânimo associativo em torno a uma nova agenda, o risco é que o MERCOSUL siga convivendo com uma parcela de muito cepticismo –quando não retrocesso– tanto do mundo empresarial, como do acadêmico ou de todos aqueles setores que apostaram e seguem apostando ao valor da integração.

Nessa proposta é que definimos quatro eixos:

- Integração Produtiva

- Energias renováveis

- Mudança climática: a defesa do crescimento sustentável e do meio ambiente

- A questão social

Porém, necessitamos essa nova proposta integral da qual falava: que não é uma nova fundação, mas sim uma revisão do MERCOSUL para adaptá-lo aos tempos que vivem a região e o mundo. Devemos-nos um debate profundo, apesar de todas as mudanças que houve, tanto em nível global como regional, não existiu esse debate para atualizar o projeto de integração. Seguiu-se com certa inércia somente nos temas comerciais, quando é justamente nessa temática onde surgem os conflitos que dificultam o processo. Quer dizer, claro que tem que ter paciência, estratégia diria, mas ao mesmo tempo tem que ir complementando o comercial com outras dimensões, entre elas, por suposto, a Integração Produtiva.

**- E enquanto às oportunidades de articulação dos governos locais?**

Cada país tem que conseguir que as políticas produtivas não se concentrem nas capitais, senão que o interior de nossos países participe. Os estados nacionais são os que devem definir que cadeias de valor de seu país poderiam ser competitivas para integrá-las no plano regional. E volto a insistir com a reforma institucional. Tem que contar com uma alta autoridade, como tem a União Europeia, uma figura com muita experiência na temática econômica produtiva e um amplo conhecimento dos países e suas autoridades, para assim garantir um diálogo fluído, para articular com os responsáveis das áreas econômicas, de desenvolvimento produtivo e de inovação dos membros do bloco. Não estou propondo um esquema supranacional, senão que estou convencido de que tem que contar com uma figura que ajude a identificar os programas, que seja capaz de fazer o seguimento dos mesmos, acelerar a promoção deles e incentivar para que em cada país participante tenha um benefício para os setores que estão mais longes dos centros de poder. Uma pessoa com conhecimento regional, dedicada em tempo completo à Integração Produtiva, que conte com um mini gabinete integrado pelos quatro países e certo grau de acompanhamento dos Estados Parte.

Sem estes recursos a Integração Produtiva avança a passos muito lentos e os resultados não podem contemplar as dificuldades que se originam no campo comercial.

Se a imagem do MERCOSUL segue dependendo da questão puramente comercial, mais as complicações que surgem pelas assimetrias de nossos países, a imagem que transmitimos é negativa para o processo de integração.

**- Acaba de descrever claramente ferramentas que a você lhe parecem necessárias para o fortalecimento da IP. Quais outras seriam capazes de consolidar a Integração Produtiva?**

Fundamentalmente as do tipo organizativo, institucional e funcional, obviamente que sem cair na criação de uma burocracia regional supranacional.

Tem que criar uma oficina executiva que funcione a favor deste objetivo, propusemos no ano passa-

do à necessidade de criar a Agência de Integração Produtiva, convencidos de que tem que hierarquizar o âmbito, dar-lhe visibilidade, dispor de uma pessoa que vincule aos quatro países na temática com metas, objetivos e orçamento.

Acho que ao MERCOSUL lhe falta trabalhar em algumas áreas com metas, objetivos, e principalmente avaliação de resultados.

Este mesmo tema, o apresentamos para os quatro eixos estratégicos dos quais falava, e ainda que os países possam definir novas temáticas, o fundamental é que o MERCOSUL tem que definir estratégias, metas, objetivos que impulsionem o processo.

**- Por último, desde sua responsabilidade, sob sua gestão: com o que vocês puderam colaborar para o aprofundamento deste processo?**

Foram criados os Fundos de Garantia para as PMES ainda que devo reconhecer que aspirávamos a um projeto muito mais ambicioso. Que houvesse uma quantia a modo de incentivo, que essas quantias fossem outorgadas somente em casos de empresas associadas de dois ou mais países da região. Era, justamente, fomentar a associatividade. Porque os empresários de nossos países têm uma cultura que ainda não os leva a se pensarem com um sócio regional. Pensamos que com linhas de crédito (que espero que o Banco do Sul possa implementá-las) pode se fomentar essa capacidade das empresas para se associar com outra do MERCOSUL. Esse era o propósito.

Pudemos conseguir um escalo menor, que é o Fundo de Garantias. É um primeiro passo, mas o processo é muito lento e se não se gera um avanço mais contundente e se toma um compromisso mais decisivo, temo que não se vai conseguir o efeito que buscamos, porque a realidade é que já é dificultoso para os países contarem com políticas públicas industriais, e isso está, claramente, relacionado com o tipo de institucionalidade que se constrói.

Se nós não construimos instituições acordes com as políticas que buscamos impulsionar, é muito difícil que essas políticas se tornem eficazes.

A continuação poderão ler um resumo dos pontos centrais abordados durante a entrevista realizada por esta publicação a Hugo Varsky, que através de uma interessante conversa nos mostrou uma perspectiva mais próxima à interna do MERCOSUL na temática que aborda esta revista.

Atualmente Varsky é Coordenador Nacional do Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL e Coordenador Geral de Integração Produtiva do Ministério de Relações Exteriores da Argentina.

**- Que propostas foram apresentadas desde os diversos países do MERCOSUL ao Fundo de Garantia do Bloco?**

Brasil propôs trabalhar em 3 grandes linhas, orientando-se principalmente à cadeia de fornecedores. As iniciativas são em petróleo e gás, em autopeças para a indústria automobilística e no campo do turismo. Uruguai, com muito bom critério, propõe empreendimentos vinculados à indústria veterinária, onde temos muitas oportunidades de complementação. Argentina propôs iniciativas vinculadas a alimentos, e principalmente uma que está tomando uma dimensão muito interessante, que é no campo da metalmeccânica e da metalúrgica, onde temos o grosso das empresas pequenas e médias significativas na região. E Paraguai realizou uma proposta muito interessante, a criação de um portal empresarial do MERCOSUL.

**- Quais foram os avanços e as maiores dificuldades do Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL na hora de alcançar os objetivos propostos?**

Naturalmente há muitas facetas. É tanto o que há para fazer que é muito difícil que o grupo de integração



• Hugo Varsky

produtiva não tenha fatos positivos e de avanço. A pergunta é se as decisões que toma realmente vão na direção de modificar uma realidade. Acho que há alguns fatos que indicam as decisões de fundo que há que tomar.

A primeira, efetivamente, é a aprovação da criação do fundo de garantia para as micro, pequenas e médias empresas que se associem ao MERCOSUL. Isto é um elemento óbvio, imprescindível. Não há modo de que um empresário peça um crédito a um banco e diga, "eu necessito um crédito porque vou fazer uma sociedade com a empresa tal e tal de determinado país do MERCOSUL", o Banco lhe diz: "por favor volte mais tarde", tem que ir com garantias detrás. Quer dizer que o conceito de criar um fundo de garantia é um ingrediente imprescindível para o andamento destes mecanismos.

O Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL foi criado em dezembro de 2007, em julho de 2008 foi publicado o Programa de Integração Produtiva e também em 2008 foi criado o Fundo MERCOSUL de Garantias com uma contribuição inicial de US\$ 100 milhões destinados a oferecer créditos as micro, pequenas e médias empresas que impulsionem a integração produtiva na região. Prévio a isto tinha sido criado o Fundo PME em junho de 2007, sendo o motor que impulsionou os passos recém mencionados.

A função prioritária do Grupo de Integração Produtiva é coordenar e executar o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, assim como todas as propostas e ações relacionadas com esta temática. O Programa tem como objetivos principais o fortalecimento da complementaridade produtiva das empresas do MERCOSUL, principalmente PMES, e o aprofundamento do processo de integração do bloco, consolidando o incremento da competitividade dos setores produtivos dos Estados Partes.

A primeira questão que propôs o grupo foi definir claramente os atores aos quais aponta, que são as micro, pequenas e médias empresas, é toda uma definição. Não só porque constituem 99% do aparato produtivo, senão porque nosso futuro como sub-região, como zona do planeta, está intimamente vinculado às vantagens competitivas e comparativas que temos. Sempre repetimos que temos tudo o que o planeta precisa, temos alimento, temos água doce, temos biodiversidade, temos minerais, temos energia. Temos tudo o que necessita o planeta. A condição: primeiro de que estejamos juntos e segundo de que lhe agreguemos valor.

Um dado muito gráfico sobre o que acontece as PMES na região é que apesar de representarem 99% do aparato produtivo, destina-se somente 0,02% do produto bruto interno. O que inevitavelmente nos conduz a pensar que há algo muito equivocado em tudo isto. Por tanto, apesar da boa vontade que há, em que avancemos na associatividade, na complementação de empresas de distintos países, o que está claro é que o apoio para que isso se produza é limitado. De todas formas com o Fundo de Garantias do MERCOSUL se põe em andamento US\$ 100 milhões, uma quantia muito importante, que deverá ser acompanhada por formas supranacionais que abordem iniciativas desta grandeza.

**- Considerando este contexto, que ação considera prioritária para o Grupo neste momento?**

Por em andamento uma das conexões mais importantes que prevê o programa de Integração Produtiva; o Observatório dos setores produtivos e da pequena e média empresa na região. E isto será realizado em cima de três grandes bases de dados. A primeira é a de todas as instituições de apoio às pequenas e médias empresas que existem, mas aí necessitamos chegar a todas as províncias, a todos os estados e a todos os municípios. O que sucede é que estão totalmente desarticuladas e isso acontece porque uma das bases fundamentais de seu desenvolvimento é a desarticulação, então temos uma quantidade de instituições que desconhecemos na magnitude de sua massa crítica. A segunda é a base de dados de normas legais relacionadas com as empresas, com as sociedades, com a proteção de patentes, de propriedade intelectual, o tema fiscal, laboral, alfandegário. Tudo isso é distinto nos países e as empresas têm que sabê-lo no momento em que tomam a decisão de se complementar ou de se associar com outra. Queremos realizar estes mapeamentos especialmente no campo metalmeccânico e metalúrgico, onde estão os clusters, as empresas e as oportunidades. Estas bases de dados estarão no portal empresarial que propõe o Paraguai, e estão pensadas para que sejam legíveis pelas empresas. Ao mesmo tempo esta iniciativa ajudará a que profissionais do âmbito da economia e do direito comecem a se especializar nestes temas.

Há um tema absolutamente fundamental, o território. Quando consideramos o tema do território nos encontramos com questões muito óbvias como que os empresários estão aceitos no território, que os clusters, as comunidades produtivas, estão no território, e que evidentemente é imprescindível que governadores, alcaldes e intendentes, se vinculem a este processo. E por outro lado, temos a mesma necessidade imperiosa por parte das cooperativas.

Em maio deste ano foi criada na província de Misiones o Grupo de Integração Produtiva das Misiones que inclui à província de Misiones da Argentina, o sul do Paraguai, Itapúa e o sul do Brasil. Neste espaço conflui o territorial e o fronteiriço, e por estas características é que nos interessa especialmente. É importante destacar que em todo este esforço os fundos de cooperação internacional jogam um papel muito importante, de outra maneira nos resultaria muito difícil. Esta cooperação estrangeira também expressa carências nas decisões de aplicação de recursos a nível nacional.

A fronteira é a prova da verdade, ali se advierte com muita expressividade a grandeza das dificuldades e do que nos falta construir. Lembro quando o prefeito de uma importante cidade fronteiriça argentina chegou a um acordo com um prefeito de uma importante cidade do Brasil para trocarem serviços. Um dava ao outro serviços de eletricidade e o outro dava o equipamento para o asfalto, devido a que cada um se especializava nessas áreas. Foi feito um ato formidável de irmanação, e quando quiseram passar as máquinas para o asfalto não havia possibilidade legal de poder fazê-lo, tinha que ter um decreto presidencial. Se nós dizemos que não faz tanto tempo, 18 ou 19 anos, o MERCOSUL nasce ao calor de superar os enfrentamentos que geraram as ditaduras, onde éramos inimigos, essas fronteiras estão absolutamente perfuradas por essas concepções, não estão concebidas para a interação, estão concebidas para a separação.

Também me interessa ressaltar que com o Grupo consideramos a necessidade de colocar em andamento outra linha de trabalho que está relacionada com a logística. É um tema prioritário na hora de comercializar. Para mobilizar esta ideia estamos considerando as experiências regionais, como a do porto de Montevideu. O que quero transmitir acima de tudo, é que o grupo tem que ser um grande trampolim, um provocador de oportunidades, e que é a sociedade em seu conjunto a que tem que entrar em interação. São diretamente os empresários, são as cooperativas, as universidades. Não existe e não existiu no processo europeu um minucioso seguimento.

De todos modos isto não significa que a gigantesca roda da integração produtiva entrou em andamento. Temos pequenos exemplos que mostram que vamos no caminho certo, há uma curva ascendente, mas ainda o grande mecanismo não está, nos falta tanto a nível horizontal como a nível vertical, nos falta muito. A anedota que mencionei recém é um claro exemplo disso.

**- Dentro do MERCOSUL, há coordenação e colaboração entre a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) e o Parlamento, que também tratam a temática da integração produtiva?**

A presidência da CRPM, com Chacho Álvarez, foi um dos primeiros âmbitos comprometidos com as decisões da primeira cúpula social e gerou um espaço muito importante em integração produtiva. De maneira que com a CRPM se mantém muito bom contato, assim como com a Secretaria do MERCOSUL que tem realizado várias ações na temática. Exemplo disso é o último seminário que organizou, centralizado na integração produtiva. Assim como sua participação em todas as reuniões do Grupo, especialmente no último encontro no qual propôs um trabalho orientado às regiões do interior de nossos paí-



• *Micro paraguayo* / Fotografia de Joaquín y Fredi Casco / Paraguai

ses. Por outro lado, é um tema chave o envolvimento do Parlamento nos temas da integração produtiva, e é chave porque estamos falando de um modelo. É prioritário que o Parlamento tome postura frente a estes temas e os leve ao voto público dos cidadãos, indo mais além do MERCOSUL limitado do compro, pago, vendo, recebo.

**- Que contribuições você considera que poderiam fazer os governos locais para acompanhar e apoiar o processo de integração?**

Eu diria que sem os governos locais isto não tem futuro. Isto não se faz desde as capitais, nem se constrói desde cima para abaixo. Isto implica uma atividade gigantesca de difusão, de organização, de promover nas cooperativas dos povos menos desenvolvidos até as câmaras empresarias e as universidades mais desenvolvidas, nos âmbitos de discussão, de trabalho em todos estes temas de busca. De modo que para nós a interação com Mercosul é muito importante. No grupo de Integração Produtiva participam como observadores o Foro Consultivo Econômico e Social, e a Reunião Especializada de Cooperativas; também queremos que seja muito mais ativo o Fórum de Governadores e Prefeitos do MERCOSUL.

**- Qual é um dos primeiros passos a abordar para que a roda da integração gire mais rápido?**

Eu acho que há um primeiro elemento, e é que a sociedade em seu conjunto conheça o que está sendo fei-

to. Não é nenhuma contribuição dizer que as sociedades estão muito marginadas. Que os meios de comunicação selecionam dentro desta pulsada de interesses os aspectos mais negativos do processo de integração. Não constitui o fenômeno da integração ainda um elemento cativante, não tem magia. Quando curiosamente o bicentenário porá sobre a mesa elementos que temos em comum os latino-americanos e porá sobre a mesa uma necessidade de se integrar muito maior porque vamos a estar olhando a história.

**- Alguma reflexão final?**

Vale a pena considerar que estamos ante uma crise com cifras de catástrofe humanitária muito importantes. Os pobres no mundo superam os mil milhões, nem sequer nos entra na cabeça, são cifras exponenciais. Quando falamos de integração produtiva falamos de geração de emprego, de distribuição da riqueza e do equilíbrio social. Por tanto, é imprescindível ser consciente de que cada passo que se dá vai nessa direção, não na direção da concentração, senão não estaríamos falando das micro, pequenas e médias empresas, falamos da distribuição, de criar mais fontes de trabalho, de criar mais emprego, mais capacidade de consumo, para o qual necessitamos que sejam nossos produtos os que sejam consumidos. Acho que o tema da integração produtiva está implicado com essa realidade, e se não se vê desde essa ótica é um conjunto de tecnicismos irrelevantes. Desde essa ótica adota a verdadeira grandeza.

“Enquanto não sejamos capazes de garantir as condições adequadas de circulação, os negócios se dificultam e não há integração produtiva, salvo para as empresas transnacionais que são as que têm maiores possibilidades de cobrir estes riscos”

**- Desde sua experiência no Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul FOCEM: qual é sua visão da Integração Produtiva do MERCOSUL? Poderia exemplificar este conceito e/ou relatar alguma experiência concreta neste sentido?**

Desde o Uruguai nesta primeira etapa apresentamos 6 projetos piloto: 3 de caráter social, 2 de estradas (que tinham relação com os cruzamentos horizontais do país, relacionados com a conexão Argentina-Brasil), e um projeto industrial vinculado à Integração Produtiva inter-regional que se chama “Internacionalização da Especialização Produtiva”. Esta última iniciativa é um instrumento para promover a internacionalização de empresas no setor tecnológico, com o objeto de apoiar a empresas uruguaias a buscarem aliados em empresas argentinas e brasileiras com o fim de desenvolver projetos tecnológicos na região. Estas propostas, apresentadas pelo Uruguai ao FOCEM, foram submetidas ao trâmite normal, tiveram suas observações, às vezes múltiplas, foram remediadas

e finalmente na atualidade estão sendo executadas. Algumas já foram concluídas, como é o caso das estradas, e outras estão a ponto de concluir, que é o caso da internacionalização. Outras seguem em andamento, porque sofreram alguns atrasos na execução. Mas em síntese, podemos dizer que a experiência foi positiva e os projetos estão em andamento.

No primeiro ano –que foi 2007– apresentamos esses 6 projetos de menor importe e concluída essa experiência, na segunda etapa decidimos impulsionar um só projeto que abarcasse todos os fundos aos quais tinha acesso o Uruguai pelos três anos seguintes. Este único projeto é o de “Interconexão Elétrica com Brasil”, que basicamente contempla o financiamento dos três seguintes anos, quase noventa milhões de dólares e não contempla toda a interconexão com Brasil, somente uma parte. Apesar disso, é um projeto de suma importância para o Uruguai e para a região, já que nos permitiria fechar um circuito de interconexão elétrica MERCOSUL. Este projeto



• *Después de la lluvia* / Fotografía de Sandra Boulanger / Bolívia

foi elaborado pela UTE, empresa pública de eletricidade do Uruguai, e foi apresentado através da Unidade Técnica Nacional FOCEM do Uruguai, depois de um minucioso trabalho de reelaboração até conseguir que não tivesse nenhuma objeção técnica. O processo de elaboração do projeto demorou mais de dois anos e terminou tendo a objeção da Chancelaria Argentina. Não tem argumentos técnicos para desaprová-lo, é uma decisão política, provavelmente relacionada com o conflito do fechamento da ponte, Presidência de Unasur, etc. Se esta leitura é correta, não se entende como uma resposta a uma questão política conjuntural implica um obstáculo ao processo de desenvolvimento regional, tema que não é nem deveria estar atado aos acontecimentos da política circunstancial. Assim é que a experiência do FOCEM, ao menos neste sentido, se converte em mais uma das frustrações que Uruguai tem no MERCOSUL. E os que somos ferventes defensores da integração temos que fazer maravilhas para defender o processo frente à opinião pública e frente ao empresariado, que está disposto a fazer ne-

#### **Gustavo Bittencourt García**

Economista e Mestre em Economia Internacional UDELAR-Uruguai, Pós-Graduação em Planejamento na Itália, Professor Titular de Globalização UDELAR, Pesquisador da Rede MERCOSUL. Uma vintena de publicações em revistas arbitradas e capítulos de livros sobre temas de economia internacional. Desde 2005 é Assessor do Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP) da Presidência da República Uruguai, Coordenador da Área de Estratégia de Desenvolvimento e Planejamento, coordenador de publicações sobre Estratégia Uruguai III Século, OPP.

gócios e correr riscos, mas a quem o aumento dos custos da passagem pela fronteira, provocado pelos problemas de curto prazo, lhes dinamitam a cultura integracionista. Este é um tema sumamente delicado e importante: é para nós imprescindível que os sócios de maior tamanho, em particular desde a Argentina, entendam que a assimetria é um componente fundamental de nossa relação com o Mercosul. Por exemplo: Que resposta pode dar o Uruguai frente a este bloqueio ao FOCEM? O FOCEM está pensado para favorecer desde sua estrutura à integração, mas basicamente aos países de menor tamanho relativo e/ou aos mais pobres, dando respostas ao problema das assimetrias estruturais. Uruguai não é dos países mais pobres, obviamente, bem pelo contrário, mas sim temos um grave problema de assimetrias. Nossa carência de tamanho deveria ser resolvida pelo processo de integração, mas quando nosso principal projeto de infraestrutura apresentado no FOCEM é vetado por interesses políticos: O que o Uruguai pode fazer? Como responde? Não existe uma medida de resposta que alcance para compensar o dano que o sócio pequeno recebe. Nós temos um problema de acesso alterado e não temos contrapartida possível: que podemos fazer diante desta situação? Estes temas não se entendem bem e em realidade, a ampliação de mercados cumpre um papel básico, essencial para o desenvolvimento dos países de menor tamanho, portanto devem ser contempladas as assimetrias desde esse ponto de vista.

**- A estratégia para avançar na Integração produtiva requer de diversas áreas de atuação pública, mas também de modificações culturais profundas dos atores locais no contexto regional. Poderia descrever algumas ações para promover o desenvolvimento desta temática?**

Sim, acredito que aí tem dois eixos: um é o da cultura e outro o do tema dos incentivos econômicos. E ambos interagem. Às vezes pensamos que as empresas não reagem investindo ou propondo negócios favoráveis à integração por um problema cultural, quando em realidade é por carência de incentivos econômicos, por carência de rentabilidade, ou porque simplesmente a combinação rentabilidade-risco é muito alta e não convém fazer esse negócio. Um claro exemplo disso são os cortes das pontes, se consideramos o risco de um negócio que implica se conectar com a Argentina, e lhe somamos que o empresário se encontra com que não pode passar por essa ponte e se vê obrigado a percorrer mil quilômetros mais para chegar ao destino, com um excessivo custo de transporte, o negócio já não é tão rentável.

Em verdade são temas fundamentais, estas são as verdadeiras questões relevantes para a Integração Produtiva: a cultura da integração, conhecer os benefícios que nos pode oferecer, sentir-se parte de um processo, tudo isso é sumamente importante como contribuição cultural à integração de nossos povos, mas também é fundamental criar e garantir as condições para as empresas, as empresas capitalistas operam em função da combinação rentabilidade-risco. Enquanto não sejamos capazes de garantir as condições adequadas de circulação, os negócios se dificultam e não tem integração produtiva, salvo para as empresas transnacionais que são as que têm maiores possibilidades de cobrir estes riscos e são, obviamente, as menos afetadas por estes bloqueios porque conseguem de alguma maneira que seus produtos cheguem igual, já que tem as facilidades de operarem dentro de suas

próprias redes. Por tanto, para mim o problema não é só cultural, já que se estão dadas as condições econômicas é mais fácil criar a cultura de integração, a confiança na integração. Hoje o problema é que não há confiança, e quando digo confiança, me refiro a que a percepção do risco é altíssima, problemas conjunturais afetam a possibilidade de integração econômica e produtiva e levam ao empresariado a não confiar no processo.

**- Que possibilidades de acesso tem os governos locais da região aos fundos FOCEM? E as organizações sociais?**

Atualmente estamos criando as condições no país para o sistema de funcionamento do FOCEM. Já que pusemos toda a energia neste único projeto que contemplava todos os fundos, e ainda não temos definido com precisão as novas condições de acesso ao novo pacote de projetos. Em princípio e por como está organizado atualmente, os projetos são apresentados basicamente por algum ministério, pelo Poder Executivo. Se conseguíssemos internamente criar uma maior associação entre os governos locais e as políticas ministeriais de desenvolvimento, por exemplo, seria altamente provável que projetos de associação entre as políticas locais e nacionais pudessem ser elevados através de algum ministério e apresentados para serem avaliados no pacote de projetos que vamos a elaborar na próxima rodada. Uma das prioridades que estão estudando é justamente definir a institucionalidade e definir mecanismos pelos quais são apresentados os projetos. A ideia é que os municípios possam combinar projetos com os ministérios, por essa via se deveria articular a apresentação. Com respeito às organizações sociais, uma das questões nas quais trabalhamos intensamente desde o Escritório de Planejamento é ter uma agenda de desenvolvimento a nível nacional e setorial que tenha sua expressão no local. Quer dizer, dividimos o país em regiões, e são as regiões que apresentam certos setores de especialização produtiva possíveis no futuro, "vocações produtivas", que eventualmente podem estar relacionados com o processo de integração. Tem muitíssima estrutura portuária, por exemplo: projetos de saúde de fronteira, projetos de conectividade, há umas quantas iniciativas. E se identificamos as agendas de desenvolvimento local, alguns projetos seguramente terão componentes de organizações sociais que trabalhem em linha com as estratégias que vão sendo definidas para o desenvolvimento da região. Aí perfeitamente poderia existir uma articulação enquadrada nessa agenda entre os governos locais e as organizações sociais que subam para essa coordenação com os ministérios. Essa é para mim uma possível via.

**- Você foi muito claro quanto a algumas debilidades do FOCEM. Que outras debilidades e fortalezas identifica nesta ferramenta?**

A verdade é que não tenho maiores comentários quanto ao funcionamento interno do FOCEM, sobretudo quanto a debilidades, porque a equipe de trabalho funciona muito bem, a Unidade Técnica, a Secretaria, etc. Seria fundamental para o futuro tratar de evitar que as decisões do FOCEM, que é um fundo de natureza estrutural, não sejam tão permeáveis à conjuntura política. E acrescentar que atualmente está se trabalhando intensamente em um regulamento. Está se discutindo um novo regulamento que sane alguns dos problemas detectados na experiência destes anos de administração do fundo.





• Patagonia 11 / Fotografía de Adrián Markis / Argentina

**- E quanto ao fortalecimento da Integração Produtiva. Que ferramentas lhe parecem necessárias a nível institucional para aprofundar este processo?**

Sem dúvida, é muito mais que financiamento. É mais: o FOCEM não é uma ferramenta de Integração Produtiva. Para mim as ferramentas fundamentais são as políticas específicas. Por exemplo, o Brasil está fazendo um exercício de planificação do desenvolvimento produtivo: definição de políticas, normas, setores, etc. Já o desenvolvimento produtivo com suas agências, gerenciamento e orçamentos correspondentes, é uma experiência bem interessante. Acho que o que devemos pensar são as políticas a nível regional, definir agendas de desenvolvimento por setores, identificando um conjunto de setores nos quais possam existir processos de Integração Produtiva que favoreçam o acesso a mercados em comum em outros países. A modo de exemplo, podemos fazer uma lista entre Argentina e Uruguai de possíveis projetos de

consórcios de exportação, identificando países aos quais possamos levar nossas pequenas empresas para que tenham uma experiência comercial conjunta. Que dizer, se conseguíssemos ter uma visão produtiva industrial similar a que tem Brasil, seria muito positivo para o processo, vendo na escala regional. Esse diagnóstico não está suficientemente elaborado, seria fundamental contar com uma agenda argentino-uruguia a respeito, não para contrapô-la, senão que para balancear a assimetria com Brasil. Mas a verdade é que algo que deveria ser quase natural como uma agenda compartilhada, hoje aparece como uma utopia longínqua. Contudo é importante destacar que sim se percebem avanços no processo, tem discussões muito interessantes, encontros permanentes, há uma disposição a considerar a Integração Produtiva, mas acho que falta uma liderança firme para solucionar o tema das assimetrias. Desde meu ponto de vista o Brasil teria que ter um papel mais forte, ajudando a conter as situações que minam os avanços no processo.

## “Acreditamos que o caminho para a integração produtiva é trabalhar na articulação necessária e imprescindível com os governos locais em zonas de fronteira”

**- Qual é a visão de sua organização sobre a Integração Produtiva do MERCOSUL? Poderia exemplificar este conceito e/ou relatar alguma experiência neste sentido?**

Desde a Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL (RECM) entendemos à Integração como o desenvolvimento integral de nossas economias com dignificação dos cidadãos com uma visão inclusiva que permita desenvolver Programas de convergência, constituindo, a Integração Produtiva, um instrumento fundamental para aprofundar o processo do Bloco, uma ferramenta a mais. Para nossa organização é fundamental o contexto em que se tomam as medidas.

Por isso, temos insistido na geração de Políticas Públicas vinculadas à inclusão social, ao trabalho, às políticas comerciais e ao estabelecimento de mecanismos de Promoção dos Territórios. Para nós o caminho é a ordenação de políticas entre os Estados Parte para assim transformar os projetos nacionais em binacionais e estes –com vocação integradora– em projetos regionais.

**- Desde a ótica de seu setor: o que vocês poderiam colaborar para o aprofundamento deste processo?**

Temos fixado as Áreas de Fronteira como elementos de integração real entre os países e como uma oportunidade para ampliar a visão e o tratamento habitual, mais além de assuntos alfandegários e de migração.

A RECM tem impulsionado um Estatuto para as Cooperativas do MERCOSUL que permita a criação de

cooperativas trans-fronteiriças e regionais, facilitando o reconhecimento legal dos outros países do bloco. Impulsionamos a instauração de um âmbito regulador que permita que as cooperativas desenvolvam negócios e atividades próprias de seu objeto no âmbito regional, porque hoje e salvo alguma exceção por competência, estão praticamente impedidas de fazer ou devem fazer variando suas características e desnaturalizando.

Apoiamos a criação de instrumentos financeiros para empreendimentos associativos, as modalidades de conglomerados que permitam superar as restrições de competitividade. Aspiramos à vinculação das Universidades e dos Institutos de Pesquisa como promotores associados aos empreendimentos produtivos.

Nossa aposta é que não só se consolidem os negócios tradicionais na forma clássica de fazer negócios, senão que se incentivem novas modalidades como resposta às expectativas dos atores locais.

Por isso, cumprimos a Resolução 01/2007 do Grupo de Alto Nível de Emprego que reúne em uma de suas diretrizes o reconhecimento às cooperativas, junto às micro, as pequenas e as médias empresas, e às redes produtivas que incentivam a complementaridade no contexto da economia regional.

**- Em prol do fortalecimento da Integração Produtiva: têm oportunidades de articulação desde sua organização com os governos locais? Quais seriam? E com outras organizações que participem do processo de integração? Poderia exemplificar?**

Desde a RECM pensamos que os governos nacionais e os organismos regionais intergovernamentais têm um profundo desconhecimento dos problemas territoriais. Como consequência disso não existem políticas públicas de integração em zonas fronteiriças.

Por isso, temos vários desafios por adiante: estabelecer diversas medidas especiais para destravar situações equívocas e injustas, produto de normativas e/ou práticas burocráticas; contar com políticas específicas para as áreas de fronteira que permitam às cooperativas comercializar ou oferecer serviços entre elas ou com agentes privados do outro lado da fronteira; permitir ordenar a atividade econômica e social ao serviço das comunidades radicadas nestas zonas; que nas estratégias e desenho dos planos nacionais de desenvolvimento de nossos países se considere a realidade das áreas e das regiões de fronteira, considerando que a integração fronteiriça deve ser vista como parte da união econômica geral e em particular como processo de desenvolvimento de regiões vizinhas; consolidar os "corredores produtivos" nas fronteiras internas do MERCOSUL com um status quo indiferente, que sejam motor do desenvolvimento local; melhorar a informação estatística de fronteira através de um Observatório de Monitoramento do Desenvolvimento em Regiões Fronteiriças; alentar a apresentação de Projetos de Base local em zonas de Fronteiras, em caráter de experiências piloto com financiamento do FOCEM ou de outras fontes de financiamento multilaterais: atualmente se executa um Projeto FOCEM dos Ministérios de Desenvolvimento para centros de Comercialização de empreendimentos da Economia Solidária em zonas de Fronteira.

O grande desafio é transformar a competitividade preço na competitividade das firmas, e as regiões baseadas no desenvolvimento de novas capacidades tecnológicas e a inovação que conduzem a uma inserção de segmentos de maior complexidade, qualidade, valor agregado e sofisticação tecnológica das cadeias de valor; aonde as cooperativas das regiões de fronteira têm muito para fazer.

Acreditamos que o caminho para a integração produtiva é trabalhar na articulação necessária e imprescindível com os governos locais em zonas de fronteira.

**- Que ferramentas lhe parecem necessárias para fortalecer a Integração Produtiva? E a nível institucional que seria necessário para aprofundar este processo?**

O desenvolvimento adequado de infra-estruturas que facilitem o comércio, aproveitando as vantagens de cada região, isto significa um Programa amplo onde se desenvolva uma rede física de comunicações, aspectos de logística, facilitação de trâmites e procedimentos, qualificação da mão-de-obra e acesso ao mercado.

No atual projeto financiado por AECID, a Reunião Especializada de Cooperativas instalará um Escritório de Negócios. Este Escritório tem tido um impulso decidido da Direção Nacional de Cooperativas do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e tem sido acompanhado pelas distintas seções nacionais em dar impulso decidido e ser atores desta oportunidade.



• Jorge Cartagena

O GMC (Grupo Mercado Comum) resolveu criar a **Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL (RECM)**, em 10 de outubro de 2001, como Órgão com representação governamental dos quatro Estados Parte, que atua em coordenação com as entidades privadas do setor cooperativo de cada país.

Seus objetivos são a harmonização e o pressionamento da legislação, a eliminação das assimetrias em temas referidos ao registro, a fiscalização, a matéria tributária, a definição do ato cooperativo, a unificação de base de dados com informação geral e por último a coordenação e cooperação mútua em políticas de promoção, de formação, de assistência técnica e de capacitação, estabelecendo linhas de trabalho específicas relacionadas à assistência técnica entre os organismos governamentais.

As reuniões são semestrais e, consta de uma Presidência Pro-Tempore rotativa, como o indica o Regulamento do MERCOSUL. Tem uma figura chave que é a Secretaria Técnica formada por um Técnico Permanente e uma equipe Técnica de assessores multidisciplinares.

**Jorge Cartagena Bidondo.** Nascido em Tacuarembó (Uruguai) atualmente reside em Montevideo. Procurador e Escrivão Público. Foi dirigente da Cooperativa COFAC, trabalhando em distintos cargos hierárquicos até assumir como Presidente da entidade. Foi Presidente do Diretório de Integração AFAP SA.

Atualmente é Consultor Permanente em matéria Financeira para a Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL - Secretaria Técnica.

“Os sindicatos devem estar totalmente comprometidos com todo o processo do MERCOSUL. Nos momentos mais críticos do bloco, os sindicatos tivemos que exercer a defesa do processo”

**- Qual é a visão, desde a organização que você representa sobre a Integração Produtiva do MERCOSUL? Poderia exemplificar este conceito e/ou relatar alguma experiência neste sentido?**

A Coordenadora tem a visão de que todo processo de Integração Produtiva (IP) tem que ser muito mais profundo que o de uma integração comercial: é de integração política, econômica e social. Por isso, desde a Coordenadora acreditamos ser essencial que realmente exista essa possibilidade. Devemos instaurar os correspondentes canais de integração produtiva entre estes quatro países, como cadeias produtivas que sejam capazes de articular com as multinacionais, porque são os interlocutores habituais, tradicionais, mas também falamos de Integração Produtiva se conseguimos a articulação com as economias mais dinâmicas: com as pequenas e médias empresas, com as economias solidárias, com as economias familiares e com as cooperativas. Para nós este é um ponto central com respeito a nossa visão da IP.

Enquanto a exemplificar, primeiro, desde o ponto de vista da Coordenadora: incentivamos a que desde o MERCOSUL e desde os países que o integram existam políticas públicas que possibilitem e melhorem essa relação, esse caráter integrador produtivo do qual falamos. Assim é que surge a necessidade desde nossa organização de conseguir a superação das assimetrias e também desta forma é que se cria, como apoio às PMES, o Fundo MERCOSUL de Garantia para as Pequenas e Médias Empresas, porque a Coordenadora tem o propósito de integração social, há muitos anos que lutamos por isso. Desde a Coordenadora, mas também desde as Centrais Sindicais e desde os próprios Sindicatos surge a necessi-

dade de criar o Fundo de Incentivo à Agricultura Familiar. São exemplos concretos que surgem claramente enquanto a este propósito. Segundo: a discussão estratégica do MERCOSUL propõe a criação de um Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL, e é neste contexto que surge a necessidade concreta desde os Sindicatos de contar com um grupo de reflexão sobre a IP. Por último, enquanto aos Sindicatos: existem hoje múltiplas experiências de criação e articulação de cooperativas entre os países integrantes do bloco, tema pelo qual estamos lutando intensamente.

**- Em prol do fortalecimento da Integração Produtiva: têm oportunidades de articulação desde sua organização com os governos locais? Quais seriam?**

Sim, ainda que falte muitíssimo, acredito que temos conseguido articular em grandes temas. Foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) com o propósito de superar dificuldades geradas por as assimetrias existentes entre as PMES. E, no entanto, apesar de todos os esforços de integração, na prática nos damos conta que é dificultoso incluir nos projetos atividades que nesta fase de ação incluam aos diferentes setores produtivos: petróleo, gás, turismo, etc. Não temos ferramentas às vezes para concretizar articulações desde nossos sindicatos em cada país, para aceder, por exemplo, ao financiamento público para as atividades concretas. Nem falar das cooperativas. Não é fácil integrar espaços concretos de integração, nos encontramos então com dificuldades para articular com as estruturas de cada governo local, e às vezes o processo avança com fatos pontuais, e não com uma decisão política sólida dos países membro. A Integração Produtiva do bloco requer políticas específicas de articulação.

**- Que ferramentas lhe parecem necessárias para fortalecer a Integração Produtiva? No nível institucional: que seria necessário para aprofundar este processo?**

A ferramenta necessária mais concreta é, em princípio, o financiamento. Não nos enganemos, para que possam participar do processo, tanto o sindicato, como a cooperativa ou a PME, necessitam financiamento. Tudo custa: a viagem, o hotel, a alimentação, os deslocamentos, participar, representar. Mas é muito mais que financiamento. Precisamos recursos de apoio, porque às vezes carecemos de recursos disponíveis, são pouquíssimos geralmente como para poder pô-los à disposição. Também precisamos encontrar outra possibilidade de vinculação com as cadeias produtivas, que não se baseie só nas empresas multinacionais. É necessário desenhar ferramentas de participação ativa desde as PMES. Frequentemente nos perguntamos: Nesta cadeia, que possibilidades concretas temos de integrar a Paraguai e a Uruguai? Porque é aí onde nos encontramos com a falta de financiamento, porém, sobretudo com a falta de recursos, com a carência de coordenação de políticas nacionais e regionais, com a falta de contemplação das PMES e suas assimetrias. Se quisermos integrar uma PME do Paraguai com uma do Uruguai (e lembremos que a escala de pro-

dução é diferente hoje a de Brasil, e em ocasiões os impactos são totalmente distintos) devemos contemplar, por exemplo, que Brasil tem tido uma maior escala global, que hoje produz a uma escala muito diferente a outros países do bloco e que os mecanismos desenvolvidos antes, hoje podem ser insuficientes para contemplar essa nova realidade, e, sobretudo, insuficientes para contemplar o problema das assimetrias.

**- Para finalizar, e desde a ótica de seu setor: o que vocês poderiam colaborar para o aprofundamento deste processo?**

Devemos colaborar com TODO o processo do MERCOSUL. Os sindicatos devem estar totalmente comprometidos com todo o processo do MERCOSUL. Nos momentos mais críticos do bloco, os sindicatos tivemos que exercer a defesa do processo, nos conflitos, no tema de Argentina e Uruguai pelas fábricas de celulose ou no tema de Paraguai e Brasil por Itaipu. A resposta deve ser mais integração, mais compromisso político e promover mais diálogo, mais políticas, comprometer-se ainda mais. A colaboração, o compromisso sempre é mais integração, porque o objetivo é claro: uma região mais integrada. Esse é o compromisso e o desafio que assumimos para aprofundar este processo.



• Manoel Messias Melo / Foto: Dino Santos

**Coordenadora:** a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) é um organismo de coordenação e articulação das centrais sindicais dos países do Cone Sul. Foi fundada em Buenos Aires, com apoio da ORIT em 1986.

O objetivo primordial da CCSCS no momento de sua fundação foi defender a democracia e os direitos humanos lutando contra os regimes autoritários que ainda subsistiam na região em Chile e Paraguai, e articular uma ação conjunta contra a Dívida Externa e seus efeitos sobre as economias dos países do Cone Sul. Desde o princípio, a Coordenadora assumiu a responsabilidade de ser parte ativa do processo de construção do MERCOSUL.

**Manoel Messias Melo:** Nasceu em Santana do Ipanema em 1958, mas vive em Recife desde 1973. É Mestre em Gestão de Políticas Públicas. Iniciou sua militância muito jovem, no movimento estudantil de resistência à ditadura militar de seu país, em seguida teve diversas responsabilidades sindicais, entre outras: foi duas vezes Presidente da Federação Nacional de Empregados de Empresas e Organismos Públicos de Serviços Informáticos (FENADADOS), da qual segue sendo membro de seu Diretório; foi membro fundador da CUT Brasil; de 2003 a 2006 dirigiu a Escola Nordeste da CUT; desde 2003 é membro da Direção Executiva da CUT, atualmente é o Diretor da Secretaria Nacional para a Saúde do Trabalhador da CUT e Responsável para MERCOSUL da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul.

# “Devemos gerar âmbitos nos quais se articulem os distintos atores, públicos e privados, necessários e suficientes. Âmbitos nos quais se comece por democratizar a informação, se compartilhem as políticas de promoção e fomento”

**- Qual é a visão de sua organização sobre a Integração Produtiva do MERCOSUL? Poderia exemplificar este conceito e/ou relatar alguma experiência neste sentido?**

Como consideração inicial, deveríamos definir mais especificamente que entendemos por integração produtiva. A meu entender, a integração produtiva vai muito mais além do simples relacionamento comercial de bens e/ou serviços; está mais relacionada com o desenho de políticas e ações concretas que propendam à complementação produtiva intra-industrial.

Para isto se requer do trabalho de atores públicos e privados na prospecção para dentro das distintas cadeias de valor presentes na região, assim como propor os caminhos pelos quais se descubram e se concretizem as sinergias necessárias.

Nesta busca irão aparecer as diferentes necessidades de instru-

mentos idôneos para possibilitar estas ações, mas também irão aparecer as impossibilidades desde o cultural e desde o empresarial, quanto a estar ou não desenvolvidos para estas oportunidades.

Enquanto à visão institucional com respeito ao nível de avanços na integração regional, em geral poderíamos dizer que é realmente fraca. No particular e em referência às empresas do setor, diria que é mínima ou nula. Como para exemplificar este conceito basta unicamente considerar a baixíssima porcentagem de empresas que resultam exportadoras, de forma direta ou indireta. O que também explica o baixo nível de integração intra-industrial que temos dentro da atividade industrial local.

**- Desde a ótica de seu setor, em que vocês poderiam colaborar para o aprofundamento deste processo?**

Desde o institucional, a colaboração foi e é o máximo que as nos-

sas próprias forças permitem. É desde as propostas institucionais gerais, assim como de nossa participação em todos os foros que se realizam com instituições regionais e internacionais do setor de micro e pequenas empresas. Estas atividades se complementam com nossa participação em Rodadas de Negócios regionais e nacionais, na busca da integração do interior do país, tema nada menor e para o qual também se requerem políticas específicas.

Estas atividades são promovidas e realizadas por instituições do setor, partindo do suposto básico de que as micro e pequenas empresas, em princípio, devem encontrar contrapartes em empresas não muito diferentes de tamanho e demanda, para que a complementação seja possível e que gere uma integração produtiva virtuosa em seus resultados e objetivos.

Naturalmente, não podemos apresentar a falsa oposição de que

também funcionam outros modelos de integração horizontal, como podem ser os clubes de fornecedores em torno a grandes ou enormes empresas, ou com empresas públicas nacionais ou regionais.

**- Em prol do fortalecimento da Integração Produtiva: têm oportunidades de articulação desde sua organização com os governos locais? Quais seriam? E com outras organizações que participem do processo de integração? Poderia exemplificar?**

O fortalecimento da integração produtiva necessariamente tem que ser acompanhado de uma mudança cultural de todos os atores. Mudança cultural que desde o princípio possibilite a integração desde o local e o nacional. Mudança cultural que possibilite ter um inventário real e atualizado, de qual ou quais são nossas atividades, e por onde podemos começar a traçar os caminhos; alguns deles vão resultar gerais, mas saibamos também que outros tantos têm que ser absolutamente específicos. Devemos gerar âmbitos nos quais se articulem os distintos atores, públicos e privados, necessários e suficientes.

Âmbitos nos quais se começa por democratizar a informação, se compartilhem as políticas de promoção e fomento, mas sem lugar de dúvidas se propenda como ponto essencial ao fortalecimento institucional, promovendo aos mesmos a serem melhores referentes dos setores.

**- Que ferramentas lhe parecem necessárias para fortalecer a Integração Produtiva? E a nível institucional que seria necessário para aprofundar este processo?**

Enquanto a ferramentas, são muitas e muito variadas. Em princípio acredito que devemos realizar um grande esforço para conscientizar a todos os atores de que a integração produtiva é um caminho sem volta.

Em segundo lugar, acredito que também tem muito que ver com a existência ou não de uma visão estratégica de médio e longo prazo, sem a qual não há integração nem desenvolvimento possível.

Em terceiro lugar, o que dizia na resposta anterior, pensar como conseguimos no interno a obtenção de melhores níveis de participação dos

atores públicos e privados em âmbitos nos quais se discutam e se analisem estas questões.

Em quarto lugar, a prospecção de nossas capacidades atuais e das demandas que exigem os planos de desenvolvimento estratégico e, sobretudo como articulamos e gerimos essa visão de médio e longo prazo, mas com a ação concreta do curto prazo.

Em quinto lugar, penso que uma questão central para assegurar um desempenho sustentável em longo prazo alinhado com o propósito geral; é a geração de uma agenda científica-tecnológica nacional e regional.

Sem tentar esgotar o tema, sumariamente acredito que devem se desenvolver uma infinidade de instrumentos que tendam a uma integração real dos aparatos produtivos de todos os países da região.

Como se verá, em geral, as ações para desenvolver são muitas, e em muitas das quais são fundamentais os agentes privados, mas também o estado como articulador, gerador de políticas e como regulador resulta imprescindível.

**ANMYPE:** A Associação Nacional de Micro e Pequena Empresa –ANMYPE– é uma associação gremial empresarial que desde sua fundação em 1988 desenvolve a ação de defesa e representação do setor da micro e pequena empresa no Uruguai.

Trabalham junto a mais de quatro mil e quinhentos empresários, desenvolvendo e fomentando uma série de serviços de apoio que contribuem para melhorar a gestão e o desempenho das empresas de seus associados.

**Pablo Villar:** Atualmente Vice-presidente da ANMYPE: instituição de corte gremial de micro e pequenas empresas. É também titular de uma empresa do setor metal-mecânico fundada em agosto de 1992, na qual são desenhados e construídos equipamentos e máquinas de laboratório de qualidade e de produção para os setores farmacêutico, cosmético e alimentício.



• Pablo Villar

## Breve entrevista à encarregada do Centro de Desenvolvimento Local de Carrasco Norte, Verónica de Gregorio. Este centro de desenvolvimento, localizado na cidade de Montevídeu, é um exemplo de incentivo ao fortalecimento dos pequenos empreendimentos, do espírito inovador e da inserção laboral.

Durante a primeira capacitação presencial de *Inovação e coesão social*, realizada na capital uruguaia, os participantes tiveram a oportunidade de visitar este centro e presenciar grande parte das iniciativas desenvolvidas, compartilhando suas dúvidas e inquietudes diretamente com os empreendedores e vivenciando os diversos espaços de formação implementados desde o Centro.



• CEDEL Carrasco Norte, Montevídeu

### - Poderia nos contar em que consiste o Centro de Desenvolvimento Local (CEDEL) em Montevídeu?

O CEDEL é um espaço de serviços criado para impulsionar o desenvolvimento local da economia. Uma incubadora de empresas na que se destacam idéias, se potencializa o espírito inovador e se oferece uma formação para o trabalho. É um lugar onde se tenta dar o pontapé inicial de um projeto e aproximar as necessidades do setor produtivo e empresarial com a oferta laboral disponível.

O grande objetivo do CEDEL é facilitar a inserção laboral de mulheres chefes de lar, jovens desocupados ou com trabalho precário, pessoas adultas com dificuldades para se reintegrarem ao mercado de trabalho. Também aponta ao fortalecimento de pequenos empreendimentos que necessitam se expandir para conseguir competitividade. Nesta linha, tenta se constituir em um centro de referência a nível zonal em matéria de formação e orientação laboral conforme as necessidades do mercado, para isto é fundamental contar com a colaboração e com o compromisso de diferentes setores da sociedade, como empresários, trabalhadores, organizações e vizinhos de Carrasco

Norte que queiram colaborar com o Desenvolvimento Local.

### - Quem são seus sócios e quais têm sido seus avanços desde que começaram?

Diferentes atores públicos e privados são convocados. Governo Local, ONGs, Câmara de Comércio, Câmara de Indústrias, Laboratório Tecnológico do Uruguai (LATU) entre outros.

O crescimento do Centro nestes 3 últimos anos foi muito significativo, em 2009 foram capacitados 961 usuários, foram atendidos 66 empreendimentos produtivos, conseguiu-se o financiamento para alguns dos empreendimentos por uma soma de US\$ 120.000 e foram abertos múltiplos canais de comercialização.

### - Que intercâmbios foram gerado com as experiências fora do Uruguai?

Não os desejados, timidamente se tem apresentado empreendimentos em feiras no Brasil e na Argentina. Para fortalecer estes intercâmbios acreditamos que a articulação com a Divisão de Relações Internacionais da Prefeitura Municipal de Montevídeu se faz imprescindível.

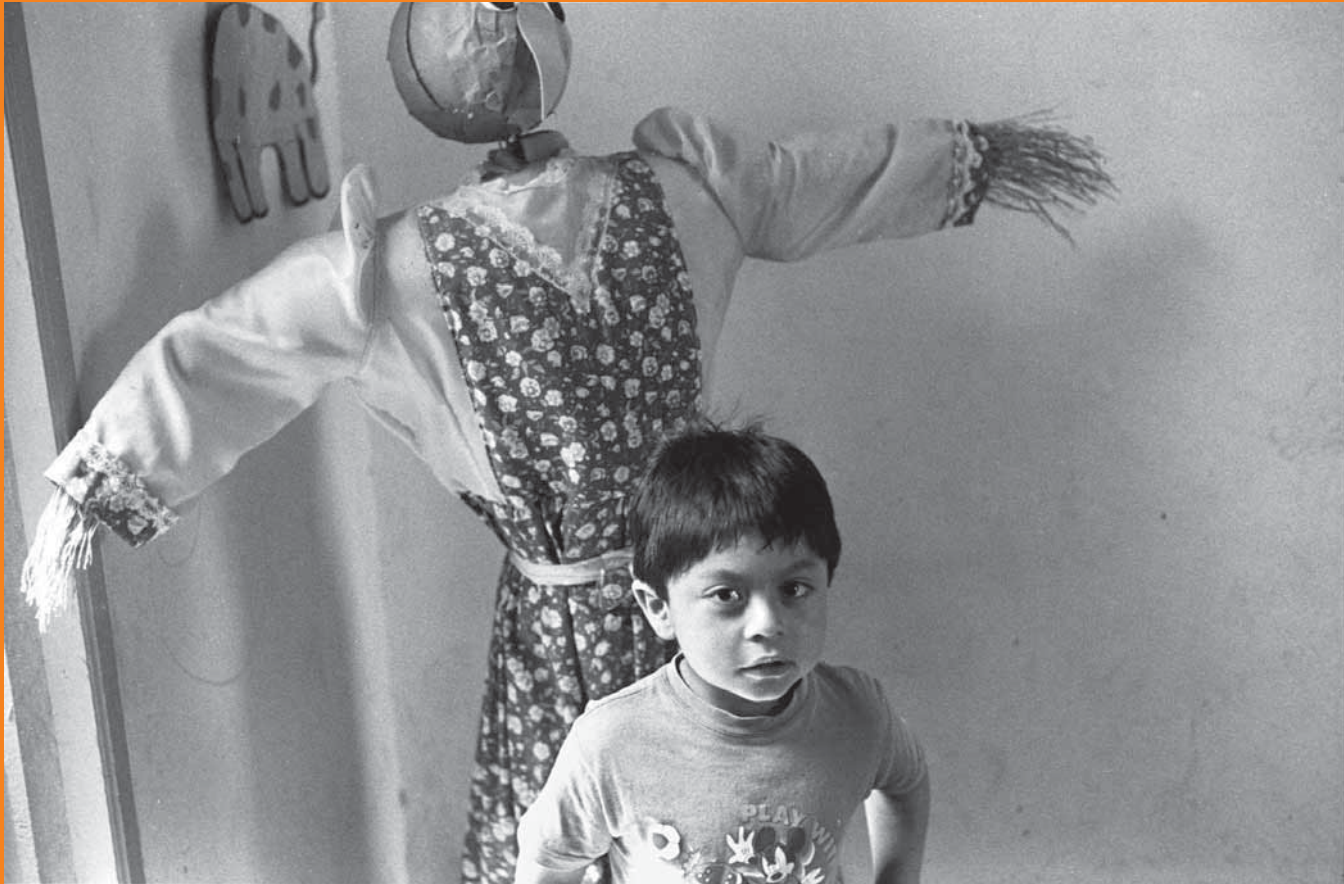
### - Quanto à recepção de Projetos Produtivos: como é o processo de apresentação e seleção?

Os projetos são recebidos juntamente com a entrevista, depois passam por uma avaliação da equipe de trabalho deste Centro (Estudo sócio-econômico, estudo de viabilidade, etc). Se for aceito passa a ser parte deste Centro onde se dará todo o apoio necessário até alcançar o objetivo de desprendimento deste Centro.

### - O Projeto pode ser copiado em outras cidades do Uruguai ou incluso no exterior?

Em 2009 tivemos a visita durante uma semana de um avaliador por parte da União Européia (UE) para monitorar o projeto. Nesta avaliação, o mesmo aconselhou que a UE tome aos Centros de Desenvolvimento como seu produto estrela para ser copiado em outras partes do mundo.





• Hacienda cerca de Vallenar, dezembro 2006 / Fotografia de Luis Weinstein / Chile

Projeto *in*



i

n

# Primeiro ano do projeto: objetivos, conquistas e desafios

**Inovação e Coesão Social** nasce do desejo por um MERCOSUL integrado, um MERCOSUL cidadão que contribui em sua dimensão humana, social, produtiva, cultural e política.

Esta iniciativa oferece uma metodologia para a formulação de projetos que aprofunda na equidade de gênero e na inovação como ferramentas imprescindíveis na hora de abordar propostas que aspirem a uma verdadeira coesão social.

**Inovação e Coesão Social** se inspira nos objetivos de Mercocidades, e fundamentalmente no plano de trabalho abordado por esta Rede no período 2008-2009, no qual projetou fortalecer o Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR), promover o financiamento de projetos na região através da participação nos fundos do MERCOSUL (FOCEM), favorecer os vínculos entre associações de governos e a União Europeia, e desenvolver políticas públicas que promovam os Objetivos do Milênio. Surge ao mesmo tempo, como uma manifestação do compromisso da Secretaria Técnica Permanente da Rede que desde Montevideú o administra e executa com o apoio de todas as instâncias de Mercocidades. A iniciativa é co-financiada pela Comissão Europeia através do programa: Autoridades não Estatais e Atores Locais para o Desenvolvimento, e pela Prefeitura Municipal de Montevideú.

Na atualidade este empreendimento já conta com nove projetos prontos para seu financiamento e aspira a culminar ao menos 60, que serão aplicados e expandidos em cidades de todo o MERCOSUL. Os projetos formarão

um banco de iniciativas de insumo e consulta para autoridades locais, regionais e estatais, e representantes de organizações sociais de toda a região.

## O que é?

É um programa de capacitação que convoca para participar a todas as cidades integrantes desta Rede, que soma a 213 governos locais do MERCOSUL e inclui a localidades de países associados ao bloco. A iniciativa forma a autoridades locais e membros de organizações da sociedade civil para a elaboração de projetos regionais, oferecendo todas as ferramentas para desenhar, implementar e avaliar propostas de alta qualidade e impacto na região. Ao mesmo tempo dá o conhecimento para o acesso a ferramentas de financiamento e cooperação locais, nacionais, regionais e internacionais.

Este empreendimento formará a um total 108 participantes em diversas cidades da Rede. Anualmente oferecem duas capacitações, e quem se candidata deve apresentar sua experiência e idoneidade na temática que trabalhará, assim como uma proposta de projeto que considere as seguintes temáticas:

- Integração produtiva regional
- Cidadania regional
- Inclusão social
- Participação e equidade de gênero



• Lançamento do Projeto, Montevidéu, 2009.

-Cooperação público/privada

-Objetivos de desenvolvimento do milênio

Da totalidade dos projetos formulados 9 serão beneficiados de um acompanhamento especial para conseguir seu financiamento, e três serão total ou parcialmente financiados por este empreendimento.

## Modalidades de capacitação

A capacitação é desenvolvida em duas etapas que correspondem a duas modalidades: uma presencial e outra virtual.

A modalidade presencial é efetuada durante uma semana, e é realizada de forma rotativa em diversas cidades da Rede. Esta formação aborda em 5 módulos todas as instâncias indispensáveis para o desenvolvimento de um projeto.

A modalidade virtual é realizada através de uma plataforma na Internet que permite continuar o intercâmbio entre capacitados, docentes e dinamizadores, acompanhando a elaboração do projeto durante todo o processo. Este instrumento é uma ferramenta chave, já que não só permite estender o breve lapso de tempo da instância presencial, senão que também é um espaço aberto à co-

munidade de atores locais da região, funcionários de perfil técnico ou político e membros de organizações sociais que requerem apoio para formular ou gerir projetos em suas comunidades e organizações.

## Seus participantes

As treze Unidades Temáticas de Mercocidades orientam suas ações para a formulação de políticas municipais, elas divulgam, analisam e sistematizam informações sobre as temáticas específicas de sua competência. Mas mais além de serem Unidades Temáticas, são grupos humanos comprometidos com esta integração, são o maior valor desta Rede.

É por isso, que sua participação e experiência de trabalho é essencial para o êxito deste projeto. Os políticos e técnicos que possuem maior compromisso com as Unidades Temáticas, fundamentalmente, coordenadores e subcoordenadores, formam um dos grupos metas para a capacitação e acompanhamento metodológico.

Outro grupo prioritário, é a sociedade civil organizada de perfil regional ou local. Para sua seleção se considera que possua objetivos compartilhados com os trabalhos realizados desde a Rede, priorizando aquelas que possuam experiência em atividades conjuntas com as Unidades Temáticas.

## Capacitando, integrando e incluindo

**Inovação e Coesão Social** já capacitou a 18 participantes e a fins de 2009 somou a outros 19 à proposta, entre ambas instâncias foram abarcadas cidades de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. As formações presenciais foram realizadas em maio de 2009 em Montevideu (Uruguai) e em novembro do mesmo ano em Barquisimeto (Venezuela). A seguinte capacitação será realizada a fins de abril de 2010 na cidade brasileira de Belo Horizonte.

Durante a primeira instância estiveram representadas fundamentalmente as cidades médias -de mais de cem mil e menos de um milhão de habitantes (43% dos participantes), seguidas pelas grandes (38%) e finalmente pelas pequenas (com um 19% dos participantes). Os representantes de governos locais superaram em número aos de organizações sociais com um 83% dos participantes ante um 17%.

Devido à baixa participação de organizações sociais na primeira instância, se trabalhou mais especificamente sobre elas na segunda convocatória, enfatizando ao mesmo tempo a diversidade geográfica dos participantes. Graças a isso se conseguiu duplicar a porcentagem de organizações sociais, assim como ampliar o contexto territorial que permitiu somar representantes de países que não tinham participado na primeira capacitação (Bolívia, Paraguai, Peru e Venezuela). De todas formas a relação entre participantes provenientes de pequenas, médias e grandes cidades foi mantida, para as próximas capacitações está prevista uma maior inclusão de cidades menores.

## Estudos Regionais

Não só de capacitações consta este empreendimento, que apostando na participação ativa dos diferentes atores regionais, incorpora a seu desenvolvimento três estudos situacionais financiados pelo projeto, que depois serão incluídos dentro do corpo teórico das capacitações. Os trabalhos resultantes também serão publicados para sua difusão massiva com o fim de promover o debate, a reflexão e a difusão sobre a temática entre os atores interessados.

Já contamos com um estudo situacional que aborda a "Integração produtiva regional e os governos locais do MERCOSUL", que com a contribuição de destacados profissionais trata a temática através de estudos de caso, entrevistas, análise de documentos, e inclui uma série de recomendações para potencializar projetos conjuntos entre as cidades membro, e desde o local para desenvolver estratégias ativas de vinculação produtiva.

Até o momento foram realizadas duas convocatórias para apresentar propostas de estudos nas temáticas: integração produtiva e cidadania regional. A última convocatória orienta a refletir sobre os mecanismos que têm os governos locais para fortalecer a cidadania regional, e integrar às organizações civis dos respectivos territórios no desenvolvimento de políticas sociais, econômicas e culturais.

### Primeira Capacitação



### Segunda Capacitação



### Tamanho das cidades participantes





• Primeira Capacitação, maio 2009, Montevidéu.



• Primeira Capacitação, maio 2009, Montevidéu.



• Segunda Capacitação, novembro 2009, Barquisimeto, Venezuela.

## Conectando

Diante de tantos atores sociais, propostas, conteúdos e lançamentos, este projeto tinha que definir um forte componente de comunicação que interconectasse a todos os participantes em seus diferentes papéis.

Para isso, criou-se um vídeo institucional que em linhas gerais apresenta os objetivos do programa e seus pontos chave, assim como informação concreta sobre os modos de participação e os avanços do projeto. Este empreendimento também conta com uma plataforma virtual de capacitação, sua própria página web, e recentemente inaugurou um boletim eletrônico trimestral.

A tudo isso se somam os estudos situacionais recém mencionados, que além de integrar o corpo teórico das capacitações, serão publicados para sua difusão massiva com o fim de promover o debate, a reflexão e a difusão entre os atores interessados. Até o momento já foi concluído o primeiro estudo sobre integração produtiva regional, e a meados de 2010 contaremos com outro que abordará a cidadania regional.

E finalmente com esta publicação se divulga sua primeira revista especializada, que junto a outras duas edições formará uma importante fonte de difusão da opinião e da experiência dos protagonistas da integração no MERCOSUL.

## Seus sócios se expressam

A Secretaria Técnica Permanente de Mercociudades, localizada em Montevidéu, elaborou e apresentou este projeto com a colaboração da Secretaria Executiva e da Comissão Diretiva da Rede. Seus escritórios formam a sede deste empreendimento, desde onde se coordenam e administram todas suas atividades. A iniciativa é co-financiada pela Comissão Europeia, que contribui com 90 por cento do orçamento total, e pela Prefeitura Municipal de Montevidéu que contribui com os 10 por cento restante.

Diversas organizações acompanham a Mercociudades nesta proposta. Com um papel avaliador, a Fundação Tiau oferece seu conhecimento como espaço de pesquisa sobre as políticas públicas urbanas para o desenvolvimento de boas práticas. Já o Instituto de Altos Estudos de América Latina, através do Observatório das Mudanças na América Latina (Iheal-Local), acompanha oferecendo sua experiência em processos de descentralização e assistência técnica da gestão dos governos locais. Racine, como entidade especialista em assistência técnica de programas e projetos europeus e internacionais no campo da coesão social, nos oferece seus conhecimentos colaborando com os conceitos e pontos fundamentais na hora de criação de projetos. A estas entidades se juntam as contribuições de governos locais europeus ávidos na temática.

Nas próximas páginas as organizações participantes do projeto oferecem suas palavras a esta publicação.



• Lançamento da Segunda Capacitação, novembro 2009, Barquisimeto, Venezuela.

## Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades

Mercocidades considera que a integração produtiva, geradora de emprego e maior valor agregado é uma das estratégias mais consistentes para a inclusão de nossos cidadãos, e potencializa as oportunidades de gerar maiores espaços de confiança entre os diferentes atores de nossos setores produtivos.

Durante 15 anos esta Rede tem priorizado um enfoque de complementaridade das economias da região, acreditando na inclusão dos atores do território e priorizando estratégias de desenvolvimento local, procurando incorporar a pequenas e médias empresas, cooperativismos e outro tipo de associações, buscando um enfoque amplo, diverso e participativo. As cidades consideram este caminho através de diversas iniciativas de desenvolvimento local: turismo, cultura, apoio a empreendedores, PMES, entre outros, e aspiramos a multiplicar as mesmas no âmbito regional.

Atualmente, somos testemunhas de uma grande variedade em matéria de capacidades e experiências na elaboração e na implementação de projetos locais e regionais. Isso faz inevitável o apoio a quem necessita e imperioso em assimilar as boas práticas realizadas em municípios e organizações sociais.

A este panorama se soma um cenário regional que nos abre novas portas, com a coordenação por parte da Secretaria Executiva de Mercocidades do Comitê de Municípios do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR), que forma o espaço das cidades dentro do MERCOSUL, e permite somar a perspectiva local e incidir na agenda do bloco. Por outro lado, um complemento e futura contribuição a esta recente instância é o início do funcionamento dos Fundos do MERCOSUL (FOCEM), destinados a financiar programas para apoiar na região aos que mais necessitem.

Neste contexto, e através de sua Secretaria Técnica Permanente, a Rede de Mercocidades manifesta seu compromisso com a integração, oferecendo ferramentas para contribuir com o processo através deste empreendimento.

Como espaço de encontro com a cidadania, os governos locais e organizações civis reclamam seu protagonismo neste processo, exigir tal reconhecimento é ao mesmo tempo uma responsabilidade e um direito. Inovação e Coesão Social se encontra diante de um MERCOSUL disposto a abrir suas portas, para isso Mercocidades se propôs reforçar suas defesas, fortalecendo sua institucionalidade e colaborando no fortalecimento dos municípios e organizações sociais que a acompanham. O êxito deste empreendimento dependerá do compromisso humano e político de seus participantes.

## Inovação y coesão social: motores da integração

A integração em sua mais ampla acepção tem sido e é a razão de existir da União Europeia. Uma integração que atravessou por diferentes etapas. Não todas foram felizes ou tiveram êxito. Mas o balanço é altamente positivo e desde o passado 1 de dezembro em que começou a reger o Tratado de Lisboa, abriu-se para Europa um enorme e esperançoso desafio: ser protagonista chave e de primeiro nível no mundo de hoje.

Europa é um continente político, econômico e culturalmente integrado. Para chegar a isso trabalhou duramente por mais de meio século. E seguimos trabalhando com o mesmo entusiasmo hoje; porque a integração é um processo dinâmico, em constante mudança.

São 27 países, em pouco tempo serão mais, que entenderam que juntos, e sem perder as características próprias de suas respectivas nações, podem alcançar o bem-estar dos cidadãos. Porque a prosperidade das pessoas é a essência da integração.

Mas para que um processo de integração prospere é necessário criar consciência de seu valor e renunciar a individualismos e interesses setoriais. É sabido que a humanidade, ao longo de sua história, tem vivido suas etapas de maior apogeu quando reinou a paz e a união entre povos.

Por isso é fundamental compreender que a integração regional não é um processo de complementação econômica exclusivamente, ou em resumo de interesses materiais.

Hoje estamos ante um projeto que fomenta a integração produtiva e econômica ao mesmo tempo, e que estende o significado do termo a outros campos como a inclusão social, a participação da sociedade civil e o desenvolvimento de uma cidadania regional.

Surge entre a União Europeia e a Prefeitura Municipal de Montevidéu (IMM), através da Secretaria Técnica de Mercocidades. Seu custo total é algo maior a 1.900.000 euros, dos quais a UE contribui com um pouco mais de 1.700.000 de fundos de cooperação e o resto o faz a IMM. É importante recordar que a cooperação da UE não é reembolsável e que não gera dívida para os Estados.

**Inovação e coesão social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas**, é o nome completo deste projeto. É um programa que foi selecionado entre outras propostas regionais numa convocatória dirigida a autoridades locais e atores não estatais.

O mesmo reconhece a natureza multidimensional da integração. Aposta em conseguir mudanças para

\* Embaixador da Delegação da Comissão da União Europeia em Uruguai e Paraguai.





• Geoffrey Barrett

uma maior coesão social, através do intercâmbio de experiências, boas práticas e esforços comuns. Em outras palavras estamos falando de trabalho, de acesso à educação, de arraigo a terra. Em sínteses, nos referimos à qualidade de vida das pessoas. De uma vida digna que mereça ser vivida.

**Inovação e coesão social** apresenta o desafio da integração regional desde as necessidades comuns e os recursos complementares de organizações da sociedade civil e das autoridades locais.

O projeto propõe uma metodologia complexa e progressiva com ações de pesquisa, capacitação, elaboração, assessoramento e monitoramento de programas.

Isto permitirá que os participantes falem uma linguagem comum, elaborada no MERCOSUL, ao longo de um processo que irá se incrementando.

A importância oferecida à capacitação e à aplicação do aprendizado em ações conjuntas, permitirá o início de uma cooperação dinâmica entre distintos atores do MERCOSUL. Esse dinamismo seguirá contribuindo seus frutos muito mais além de 2012.

Para o primeiro ano do projeto se escolheu a integração produtiva. A União Europeia outorga muita im-

portância a este tema e existem vários projetos de cooperação com o mesmo fim.

Acreditamos que as pequenas e médias empresas (PMES) e as cooperativas, jogarão um papel muito valioso. Entendemos que são um motor importante do desenvolvimento social e econômico, e que podem se beneficiar de complementaridades regionais ao longo da cadeia de produção e distribuição.

É bom lembrar que a partir de 2010, com o projeto Rede do Sul, a União Europeia apoiará o desenvolvimento de uma rede de cooperativas no MERCOSUL.

No Uruguai, o projeto PACPYMES teve muito êxito. Conseguiu dinamizar a competitividade das PMES, oferecendo apoio a processos de clusterização e de exportação.

Estes projetos com a sociedade civil complementam outros com os governos de países sócios do MERCOSUL. A ideia é acompanhá-los em sua vontade de integração regional progressiva.

Não tenho dúvidas que se trabalhamos juntos, perseguindo um mesmo fim e aplicando a inovação, conseguiremos o objetivo essencial deste projeto: a coesão social, que não é mais nem menos que a integração regional para o bem-estar das pessoas.



*Racine* ([www.racine.fr](http://www.racine.fr)) é um organismo privado sem fins de lucro, facilita e acompanha a elaboração e a colocação em prática de programas e de projetos europeus e internacionais desde 1988. Suas áreas de intervenção são: emprego, formação profissional, competitividade, luta contra as discriminações, igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, desenvolvimento local. Sua atuação está avaliada pelas autoridades públicas francesas que lhe confiaram a assistência técnica nacional de numerosos programas europeus (Fundo Social Europeu, em particular) no decorrer destes vinte anos. *Racine* acompanha e apoia a implementação de programas europeus e atua como vínculo técnico entre os responsáveis de projetos (instituições, interlocutores sociais, autoridades locais, empresas, associações sem fins de lucro...), e os responsáveis de programas na administração pública. O diretório de *Racine* inclui representantes das autoridades públicas, interlocutores sociais e personalidades. A equipe de consultores/as é multicultural. As competências individuais em metodologia de gestão do ciclo de projeto, inova-

ção social, gestão de fundos europeus, acompanhamento de políticas públicas de coesão social e pilotagem de projetos transnacionais estão ao serviço dos atores da cooperação Europa-América Latina. *Racine* realiza atividades de capacitação, consultoria, assistência técnica e apoio à sistematização e a comunicação na França, na Europa e Internacionalmente. Colaboramos entre outros com as seguintes instituições: autoridades de gestão do Fundo Social Europeu e Ministérios de Trabalho na França e em outros Estados membros da União Europeia, Ministério de Relações Exteriores e autoridades locais na França, Comissão Europeia - Direção Geral de Emprego e Assuntos Sociais.

Em **Inovação e Coesão Social** *Racine* prepara a capacitação, produz as ferramentas pedagógicas, contribui para construir o plano de visibilidade, trabalha na preparação dos eventos, participa ativamente em todas as tarefas do Comitê de Pilotagem e prepara as ferramentas para o assessoramento a gestão administrativo-financeira do projeto. Também anima as sessões de capacitação, é responsável

do acompanhamento metodológico –individual, coletivo e virtual– dos projetos, contribui para redigir os documentos do projeto, participa e tem um papel ativo nos eventos.

*Racine* põe a serviço do projeto tanto seu saber-fazer como sua rede de relações na França e na Europa, dado que a agência forma parte de vários consórcios internacionais e teceu uma rede de associados na França, na Europa e na América Latina que lhe facilita a formulação e o apoio de projetos de cooperação internacional. Uma particularidade de *Racine* é ser, desde sua origem, um organismo promotor da cooperação transnacional. Desde 2008, *Racine* é o gestor do dispositivo “Ações inovadoras transnacionais”<sup>1</sup>, um programa de cooperação transnacional do Fundo Social Europeu. Por outro lado, *Racine* adquiriu uma qualificação específica enquanto a metodologia participativa de gestão de ciclo de projetos, de coordenação de comunidades de práticas, de sistematização e generalização da inovação social e do conselho na colocação em prática de estratégias de comunicação e incidência. Atual-

<sup>1</sup> Este programa gerido integralmente por Racine na França oferece apoio técnico e financeiro para a formulação e implementação de projetos transnacionais nas seguintes áreas de intervenção: emprego, formação profissional e inserção sócio-trabalhista. O projeto transnacional é uma associação de organismos franceses com organismos europeus que desenvolvem atividades e produtos conjuntos. Deve integrar a inovação e a igualdade entre mulheres e homens como aspectos prioritários, e poder justificar o valor agregado da cooperação transnacional. O impacto esperado do trabalho transnacional é estimular um processo de aprendizagem mútua baseado no intercâmbio de conhecimentos, experiências e de práticas entre os organismos europeus... contribuindo assim para a construção da Europa social.





O LOCAL, o Observatório de Mudanças na América Latina, é uma ONG integrada ao Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL) da Universidade de Paris III. Dedicase à cooperação com os governos locais latino-americanos dentro dos processos de descentralização, de fortalecimento institucional e de democracia local.

Faz ponte entre a pesquisa universitária e as práticas de gestão e governabilidade dos governos locais, apoiando-se na competência de especialistas públicos selecionados dentro os governos locais franceses.

Com respeito a qual é a função que cumpre o LOCAL na Integração produtiva regional, pode se afirmar que este tema se encontra dentro do contexto europeu pelos laços que estão tramadas as regiões europeias dentro de redes institucionalizadas. As mais significativas são o "Arco

Atlântico" que une as regiões marítimas de Grã-Bretanha, Irlanda, França, Espanha e Portugal ou a rede das "Regiões mais ricas" que funciona entre o Bad Wurtemberg (Alemanha), a região Rhône-Alpes (França), a Lombardia (Itália) e a Catalunia (Espanha). Também tem uma multidão de redes dentro da União Europeia, sobre temas específicos como a energia ou os Objetivos do Milênio desde os âmbitos LOCAIS, muito implicada nas problemáticas dos governos, apoiando-os, e mais particularmente, desenvolvendo laços dentro de programas da União Europeia, financiados por ela, como os programas trans-fronteiriços, que propõem planos de desenvolvimento comum, e integram não só aos governos locais intermediários senão também aos municípios. Um exemplo disso é o caso do Programa INTERREG III, entre a província de Huesca, na parte espanhola, e o departamento dos Altos Pirineus, na parte francesa.

OMERCOSUL está num processo de integração que se baseia na experiência da União Europeia, num contexto, evidentemente, muito diferente tanto ao nível cultural, econômico, social como político, mas a metodologia de atuar conjuntamente pode ser semelhante, e a partir desta a UE pode colaborar neste processo. O objetivo do LOCAL é propor esta metodologia em suas atuações muito práticas (não teóricas), apoiando-nos na experiência que foi desenvolvida na Europa. Assim, os projetos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional FEDER nas zonas marginalizadas chamadas "5 B" identificadas pela União Europeia, associam os diferentes governos locais para armar um plano de desenvolvimento econômico, social, técnico e meio ambiental.

**Inovação e Coesão Social** é uma experiência interessante para uma organização como o LOCAL, que atua

a muitos anos em diferentes países da América Latina, sem ter conseguido tratar problemáticas semelhantes.

Para o LOCAL, este projeto é uma grande colaboração, seja pelo conhecimento em geral das realidades dos governos locais do Cone Sul ou pelas políticas públicas implementadas. A relação democracia representativa/democracia participativa hoje é tema de debate na Europa. Por outro lado, para o LOCAL a visão dos municípios da integração regional é uma grande contribuição, quando se põe em perspectiva com os municípios europeus dentro do contexto da União Europeia.

Achamos imprescindível, que os projetos dos municípios que sejam apresentados não sejam inovadores, nada mais por sê-lo. O conceito de inovação é confuso: Inovação em comparação a que? Para quem? E em que contexto? Por exemplo: há pouco tempo um projeto sobre agricultura parecia arcaico, agora é inovador devido à crise alimentícia. Desde este ponto de vista as ferramentas da gestão de projeto são utilizadas na Europa como ferramentas, principalmente, teóricas. Neste projeto, o interessante é que são articuladas as problemáticas teóricas com os aspectos práticos de projetos contribuídos pelos beneficiários com uma metodologia guiada pela operacionalidade e pela busca de resultados concretos.

A integração produtiva de governos locais e organizações sociais no Mercosul é um tema complexo que necessita ser confrontado com as políticas que colocam em andamento os municípios. Quer dizer, é necessário dinamizar aos vereadores políticos para que considerem a necessidade de um mundo aberto, sair de uma visão totalmente local para se abrir para outros municípios vizinhos, sejam de seu próprio país ou de outros países. Por isso, achamos muito importante que os projetos em cada etapa de seu desenvolvimento, informem aos responsáveis políticos de seus municípios, para que tenham as condições mínimas necessárias para sua operatividade e, no caso das ONGs, que tenham um permanente ida e volta com estes responsáveis. Por outro lado, achamos que tem que se considerar o termo “produtivo” em sua definição mais ampla, quer dizer, um projeto que produz um valor econômico agregado permitindo reduzir a brecha social.

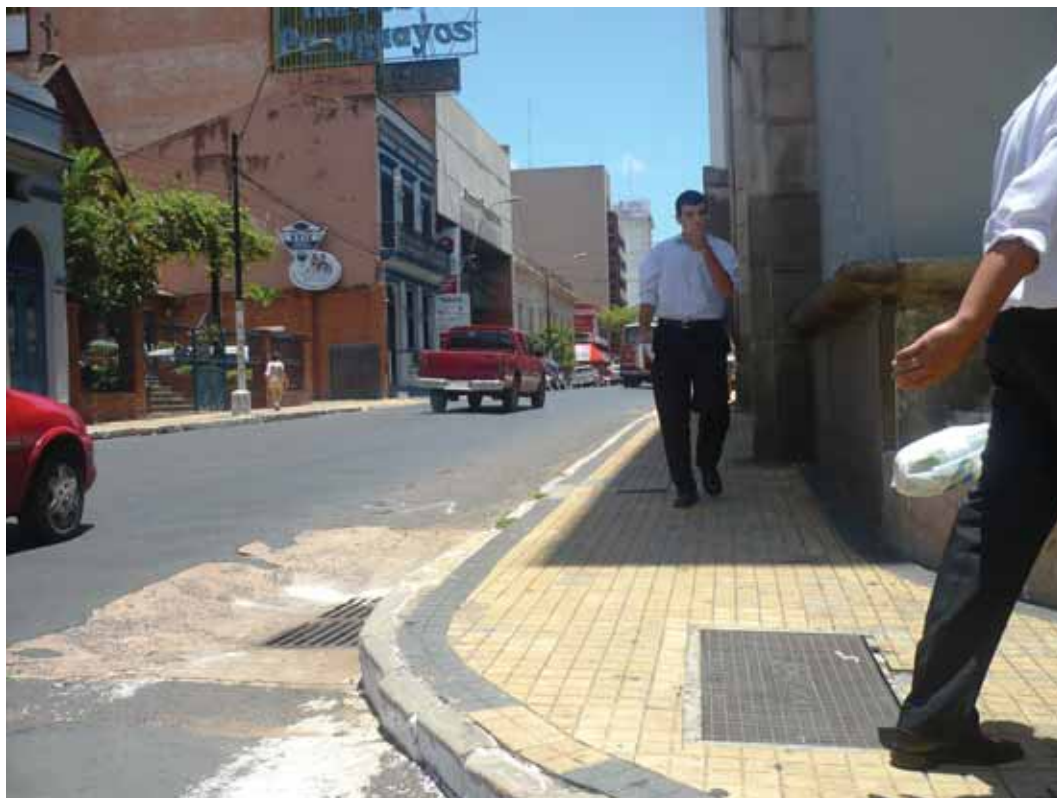




No âmbito do projeto Inovação e Coesão Social, a Fundação TIAU –Oficina de Pesquisa e Ação Urbana– tem como função dinamizar o processo de Monitoramento e Avaliação a nível interno, acompanhando o desenvolvimento da implementação em suas diversas fases operativas. Cuida-se para recolher as experiências, visões e valores que integram as ações que são realizadas, para a otimização e transparência do desenvolvimento e de seus resultados. Para o cumprimento desta função se propôs um enfoque e uma metodologia de trabalho através de um dispositivo de monitoramento e avaliação, que proporcione informação sustentada e qualificada a todos os sócios sobre as atividades que estes realizam. Ao mesmo tempo, as conclusões e lições aprendidas, obtidas deste processo, resultam suplementos com capacidades de serem incorporados ao processo de tomada de decisões nos diversos níveis de atuação e condução.

A base do trabalho institucional de nossa organização está centralizada em vários campos complementares ao desenvolvimento de cidades-municípios, em relação à implementação e a gestão de políticas públicas orientadas ao desenvolvimento desde os governos locais e/ou regionais; a participação cidadã em sua articulação público-privada; e a avaliação de projetos do âmbito local/regional no marco da cooperação descentralizada da América Latina / União Europeia. Também tem acumulado experiência na defesa e visibilidade dos Direitos Humanos DESC (econômicos, sociais e culturais) e no fortalecimento de articulações de cooperação entre organizações sociais e municípios. Estes antecedentes de quase duas décadas de trabalho facilitam para contribuir com variadas dimensões de análise e propostas a este projeto, tanto no campo específico de sua função de monitoramento e avaliação, como em relação aos temas

marco 2009 e 2010 para os participantes e seus projetos –“Integração Produtiva Regional” e “Construção da Cidadania Regional”–, questões propostas para promover maiores níveis de coesão social na região. Por outro lado, nossa participação neste projeto representa uma colaboração significativa para o desenvolvimento institucional da *Fundação TIAU*, enquanto à continuidade de ações que representa nossa função operativa e em referência à acumulação de conhecimentos e aprendizados que implica o trabalho conjunto que está sendo realizado. Devemos resgatar, particularmente, o contato com as valiosas experiências e atividades que realizam as instituições sócias e ao mesmo tempo, a diversidade de problemáticas e iniciativas que incorporam as organizações locais, estatais e não estatais que participam, ampliando de forma importante o conhecimento teórico, metodológico e empírico sobre o universo de questões que se desenvolvem.



• Microcentro / Fotografía de Joaquín y Fredi Casco / Paraguai

Os projetos locais de municípios e organizações sociais podem se constituir em iniciativas mobilizadoras territoriais e regionais que promovam a implementação de políticas públicas de coesão social e de integração regional. Em particular os projetos focalizados na Integração Produtiva, pois podem mostrar capacidades de articular as políticas públicas dos municípios com os grupos sociais mais desprotegidos (economia social), num horizonte de novos parâmetros de coesão social regional.

Refletir sobre o âmbito conceitual da coesão social na temática da integração produtiva, requer mencionar questões básicas sobre sua abordagem a partir da multipli-

cidade de dimensões que são apresentadas, desde o sócio-político e o econômico financeiro, até a necessidade de capacitar recursos humanos e institucionais dos municípios para o andamento de políticas de desenvolvimento econômico local com uma visão de integração regional. Frente ao interrogante: Com quais modalidades pode se realizar a integração produtiva regional desde o local e com a participação da sociedade civil? Os governos locais deveriam encarar politicamente o tema econômico/produtivo com o objetivo de criar condições adequadas para a implementação de projetos articulados com as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento territorial (condição necessária, mas não suficiente é contar

com recursos financeiros) e, paralelamente facilitar a identificação de capacidades regionais de articulação na implementação de projetos conjuntos e/ou empresas PMES, para começar a propor a integração a este nível. Uma primeira estratégia de aproximação ao regional desde o local, é através do intercâmbio e da transferência de tecnologias de gestão para a produção local, assim como também o intercâmbio de experiências e de políticas públicas impulsionadas para fortalecer os empreendimentos no campo da economia solidária. Assim mesmo, se requer estabelecer relações com as áreas institucionais do MERCOSUL para a sustentabilidade das políticas e das estratégias produtivas dos governos locais.







• Fotografía de Gabriela Medina / Venezuela

# Oportunidades de Financiamiento



## Assimetrias no MERCOSUL, FOCEM e Governos Locais

O presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, afirmou no passado 8 de dezembro, ao inaugurar a XXXVIII Cúpula do MERCOSUL que “é urgente” atender as “grandes assimetrias” que existem dentro do bloco regional entre as economias grandes, Argentina e Brasil, e as pequenas, Paraguai e Uruguai.

“O mais urgente dos desafios que temos pela frente é avançar no tratamento das grandes assimetrias do bloco, mas temos amplas possibilidades e excelente futuro”, disse o chefe de Estado uruguaio, no discurso inaugural da cúpula.

O Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL na Carta do Rio (com motivo de sua instalação) reclama ao bloco trabalhar numa agenda que atenda as assimetrias: “(...) que os Governos subnacionais participem na discussão e na aplicação dos Fundos de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), para financiar ações de cooperação entre governos locais e regionais”.

As ONGs membros do Programa MERCOSUL Social e Solidário afirmam que as assimetrias no MERCOSUL se traduzem em desigualdades na distribuição da renda e no desenvolvimento das regiões. “A situação complica este processo de integração que deveria constituir uma oportunidade excepcional para repensar um modelo regional equitativo e com justiça”.

Posicionamentos, análises, reflexões, debates e decisões sobre as assimetrias e as ferramentas para superá-las, formam parte na atualidade da agenda regional. Outros tantos atores comprometidos com uma integração regional que consolide um modelo de desenvolvimento regional, que promova a democracia, a justiça social, à erradicação da pobreza, têm colaborado neste mesmo sentido.

“(...) a redução das assimetrias é uma condição necessária para a sustentabilidade e legitimidade dos processos de integração. Isto se fundamenta, por um lado, em razões de solidariedade e justiça social, considerando que as economias pequenas e de menor desenvolvimento relativo têm menores possibilidades de se apropriarem dos benefícios da integração, porém por outro lado, no fato de que o potencial de desenvolvimento e bem-estar da região depende da situação de todos os países membros (...)”.

As assimetrias estruturais entre os países do MERCOSUL são muito importantes. Em 2001, o Brasil representava quase três quartas partes do PIB regional, a Argentina menos de uma quarta parte e as economias pequenas (Paraguai e Uruguai) aproximadamente 3%. As assimetrias na população são incluso mais notáveis: quase 80% da população total do MERCOSUL vivem no Brasil, um 17% na Argentina, e em Paraguai e Uruguai só 4%.

---

Bacharel em Ciências da Educação, ex - Diretora Geral de Relações Internacionais do governo da cidade autônoma de Buenos Aires (Argentina). Ex - Diretora Geral de Relações Internacionais do Município de Morón (Argentina), Coordenadora da Secretaria Executiva de Mercociudades, e com tarefas de responsabilidade na coordenação do Comitê de Municípios do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL. Atualmente é professora no Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR) e Presidenta da Associação Civil INCIDIR, Iniciativas para a Cooperação Internacional, o Desenvolvimento e a Integração Regional.



• Fotografia de Analía Pollio / Uruguai

Por outro lado, segundo Miguel Serna, em matéria de evolução do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as diferenças são mais marcadas quando são consideradas as posições a nível mundial: enquanto que a Argentina e o Uruguai estão juntos nos lugares 39 e 40 num total de 170 países, o Brasil e o Paraguai estão em torno da metade do ranking mundial.

As políticas de ajuste econômico neoliberal também registraram impactos negativos na distribuição global da renda. “(...) foram registradas tendências diacrônicas mais concentradas de renda para os setores mais privilegiados nos casos dos países “grandes”, Argentina e Brasil, enquanto que os países “pequenos” têm “amortizado” mais os custos e os efeitos sociais negativos, mantendo suas pautas de desigualdade de renda.”

No âmbito da institucionalidade do MERCOSUL, um momento fundamental, com respeito à tomada de decisões que contemplam a necessidade de contar com ferramentas para a superação das assimetrias, foi a criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do MERCOSUL (FOCEM) através da Decisão CMC Nº 45/04. Depois, a Decisão CMC Nº 18/05 estabeleceu as normas para sua integração e funcionamento, e a Decisão CMC Nº 24/05 definiu sua regulamentação.

O Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) é um fundo destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e das regiões menos desenvolvidas; e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração.

O FOCEM é constituído por contribuições dos Estados Partes não-reembolsáveis por um total de 100 milhões de dólares anuais de acordo as seguintes percentagens: Argentina 27%, Brasil 70%, Paraguai 1% e Uruguai 2%.

De forma complementar, se procura que os Estados Partes se beneficiem de forma diferencial do mesmo estabelecendo que receberão as seguintes percentagens: Argentina 10%, Brasil 10%, Paraguai 48% e Uruguai 32%.

Os programas identificados e acordados pelos Estados Partes para serem financiados pelos fundos são:

**I. Programa de Convergência Estrutural:** que deverá contribuir para fortalecer o desenvolvimento das economias e das regiões menos desenvolvidas, incluindo o melhoramento dos sistemas de integração fronteiriça e comunicação.

**II. Programa de Desenvolvimento da Competitividade:** incluindo planos de reconversão produtiva e laboral que contribuam ao aumento do comércio intra MERCOSUL.

**III. Programa de Coesão Social:** com especial atenção a zonas fronteiriças em matéria de saúde humana, redução da pobreza e do desemprego.

**IV. Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração:** deverá fortalecer a estrutura institucional do MERCOSUL.

## Projetos aprovados

MERCOSUL-Habitat: promoção social, fortalecimento do capital humano e social em assentamentos em condições de pobreza	Paraguai	
00002/07	MERCOSUL ROGA	Paraguai
00003/07	Reabilitação e melhoramento de estradas de acesso e arredores da Grande Assunção	Paraguai
00004/07	Programa de Apoio Integral às Microempresas.	Paraguai
00005/07	Laboratório de Biossegurança NSB3A e Fortalecimento do Laboratório de Controle de Alimentos	Paraguai
00006/07	Reabilitação de autoestrada	Paraguai
00007/07	Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa - PAMA	Pluriestatal
00008/07	Rodovia 26: Percurso Melo - Arroio Sarandí de Barcelo	Uruguai
00009/07	Internacionalização da especialização produtiva - desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de "software", biotecnologia e eletrônica e suas respectivas cadeias de valor	Uruguai
00010/07	Fortalecimento de comunidades locais com projetos de economia social	Uruguai
00011/07	Desenvolvimento de capacidades e infraestrutura para classificadores informais de resíduos urbanos em localidades do interior do Uruguai	Uruguai
00012/07	Intervenções múltiplas em assentamentos localizados em territórios de fronteira com situações de extrema pobreza e emergência sanitária, ambiental e hábitat	Uruguai
00013/07	Rodovia 12: Percurso do cruzamento da rodovia 55 - rodovia 54	Uruguai
00014/07	Fortalecimento institucional da Secretaria do MERCOSUL para o Sistema de Informação da Tarifa Externa Comum (AEC)	SM

00015/07	Fortalecimento institucional da Secretaria do MERCOSUL para a implementação de base de dados jurisprudenciais	SM
00016/07	Identificação de necessidades de Convergência Estrutural no MERCOSUL	SM
00017/07	Construção e melhoramento dos sistemas de água potável e saneamento básico em pequenas comunidades rurais e indígenas do país	Paraguai
00018/07	Pavimentação asfáltica sobre empedrado do percurso alimentador da rodovia 8 Autoestrada de Integração Regional, rodovia 8-San Salvador - Borja -Iturbe e Ramal a Rojas Potrero	Paraguai
00019/08	Desenvolvimento de Produtos Turísticos Competitivos na rodovia Turística integrada de Iguazu Missões, atrativo turístico do MERCOSUL	Paraguai
00020/08	Pavimentação asfáltica sobre empedrado do percurso alimentador das Rodovias 6 e 7, autoestrada de integração regional, Pte. Franco - Cedrales	Paraguai
00021/08	Pavimentação asfáltica sobre empedrado do percurso alimentador da rodovia 2, autoestrada de integração regional, Itacurubi de la Cordillera - Valenzuela - Gral. Bernardino Caballero	Paraguai
00022/08	Repavimentação do percurso alimentador das rodovias 1 e 6, autoestrada de integração regional, rodovia 1 (Carmem del Paraná)- La Paz, rodovia Graneros del Sur	Paraguai
00023/08	MERCOSUL YPORA - Promoção de acesso à água potável e ao saneamento básico em comunidades em situação de pobreza e extrema pobreza	Paraguai

Por outro lado, cabe destacar e resulta significativo que o Conselho do Mercado Comum, em sua XXXVII Reunião Ordinária, aprovou a Decisão CMC Nº 11/09, mediante a qual se estabelecem condições específicas que facilitam a utilização dos recursos do FOCEM para o financiamento de projetos na área da Integração Produtiva, enquadrados no Programa II da Decisão CMC Nº 18/05 e Nº 24/05.

Na opinião da Rede de Mercocidades, os governos locais devem insistir em sua incorporação aos âmbitos assessores dos fundos, assim como sua inclusão nos editais para a apresentação de projetos, para os quais devem se produzir capacidades para o desenho e implementação dos mesmos. Por outro lado, devem se comprometer na

difusão de seus resultados como com os atuais projetos em execução. Os governos locais, como instâncias mais próximas ao cidadão podem incorporar à aplicação dos projetos, âmbitos de participação que permitem visualizar as ações e os impactos na população, ademais de canalizar as demandas cidadãos do MERCOSUL.

O Projeto **“Inovação e coesão social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas”**, gera uma significativa colaboração neste sentido, capacitando autoridades locais e atores de organizações da sociedade civil na elaboração de projetos de caráter regional, com um enfoque de gênero e de integração produtiva regional.

Com vontade de continuar o caminho de uma integração com maior conteúdo social, político, produtivo, cultural e sustentável, achamos desde as cidades, que é indispensável seguir gerando espaços de capacitação, comunicação e assessoramento, como o Projeto Inovação e Coesão Social. Uma iniciativa que colabora, desde Mercocidades, a 14 anos de sua criação, e com mais de 200 membros de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile, Bolívia e Peru, para a construção do desenvolvimento sustentável que integre às cidades da região, procurando a superação de suas assimetrias.

## Os fundos do BID e da UE

O BID é a principal fonte de financiamento multilateral na região. O Grupo BID oferece soluções para enfrentar os desafios do desenvolvimento através de alianças com governos, empresas e organizações da sociedade civil, para servir a seus clientes que englobam desde governos centrais a prefeituras e empresas.

O BID empresta recursos financeiros e outorga doações.

O EuropeAid realiza programas e projetos em todo o mundo, aonde necessitam de ajuda. Esta é direcionada através de enfoques (regionais ou específicos para cada país) que compreendem setores muito distintos. Mas também existem programas de âmbito mundial que permitem à Comissão Europeia emprestar o mesmo tipo de ajuda a países que compartilham os mesmos tipos de problemas.

## ANE / AL

Entre as subvenções da Comissão Europeia, no âmbito da Estratégia Plurianual 2007-2010, encontra-se o programa temático "Agentes não Estatais (ANE) e Autoridades Locais (AL) em Desenvolvimento".

O objetivo global do programa é a redução da pobreza no contexto do desenvolvimento sustentável, incluindo a persecução do êxito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e outros objetivos acordados a nível internacional.

Entre os objetivos, que variam segundo as prioridades específicas para cada país, encontramos:

- Apoiar ações que promovam o acesso dos jovens ao mercado laboral; a implementação de políticas públicas a favor da inclusão socioeconômica dos jovens.
- Apoiar às Autoridades Locais em processos de promoção da democracia e da boa governança, nos processos de descentralização e facilitar a interação entre os Agentes Estatais e não Estatais.
- Reforçar a participação dos Agentes não Estatais nas estratégias dirigidas à consecução dos objetivos do milênio, em particular nas áreas da saúde pública, da educação e da integração ao mercado dos grupos mais vulneráveis (mulheres, crianças, minorias étnicas, deficientes físicos, populações dos cinturões de pobreza urbana, população rural) e da preservação do meio ambiente.

- Apoiar ações dos Agentes não Estatais que incidem na redução da pobreza e no aumento do grau de coesão social, particularmente através da promoção de iniciativas econômicas solidárias, de ações encaminhadas a uma maior inclusão social de mulheres, jovens em situação de vulnerabilidade ou grupos discriminados por sua condição de raça, sua orientação sexual, seu status sorológico HIV positivo ou outros motivos.

- Apoiar ações de Agentes não Estatais que facilitem a participação cidadã na elaboração e no monitoramento de políticas públicas, em particular, através do desenvolvimento de redes de organizações civis, que difundem boas práticas de seus membros e fomentam um diálogo entre os setores mais vulneráveis da população e das entidades públicas.

## Al-Invest

Al-Invest é uma Iniciativa da Comissão Europeia para apoiar a internacionalização das PME's na América Latina.

É um programa de cooperação econômica cujo objetivo é apoiar a internacionalização das pequenas e médias empresas (PME's) da América Latina, em colaboração com seus sócios europeus, com o fim de contribuir para a coesão social da região.

Mediante a implementação de projetos por organizações que promovam o desenvolvimento do setor privado (câmaras de comércio, associações de indústria, agências de promoção de exportações, etc.) o programa AL-Invest facilita o processo de internacionalização das PME's procedentes da União Europeia e da América Latina.

A Fase IV de AL-INvest (2009-2012) será realizada por três consórcios sub-regionais de organizações empresariais pertencentes a três áreas diferentes da América Latina e cujos projetos receberam uma subvenção por parte da Comissão Europeia.

## Euro Social

O programa EUROsociAL tem como objetivo o fortalecimento institucional das administrações públicas, mediante atividades de sensibilização política e de intercâmbio de experiências entre administrações públicas dos países da UE e da AL.

As atividades de sensibilização são dirigidas principalmente a pessoas com capacidade para a tomada de decisões, e as que participem ativamente no desenho e na aplicação das políticas públicas; por outro lado os intercâmbios de experiências são dirigidos aos responsáveis da aplicação destas políticas e a gestores de nível intermediário.

## Bens Públicos Regionais / Banco Interamericano de Desenvolvimento

Em 2004, o Banco Interamericano de Desenvolvimento aprovou a criação do Programa de Bens Públi-



• *Vestido de domingo* / Fotografia de Sandra Boulanger / Bolívia

cos Regionais (BPRS). O Programa promove a geração de consensos regionais em aspectos e instrumentos de política pública regional. Como resultado da Convocatória de 2009 do Programa de Bens Públicos Regionais foram recebidas 44 propostas, que totalizaram uma demanda por US\$ 45.8 milhões. Ver lista de propostas.

A Convocatória para ter acesso aos recursos financeiros não reembolsáveis se enfoca em cinco grandes áreas temáticas : uma política social que fomente a equidade e a produtividade, uma infraestrutura propícia para a competitividade e o bem-estar social; instituições que promovam o crescimento e o bem-estar social; uma integração competitiva a nível regional e mundial; proteção do meio ambiente e resposta ante a mudança climática.

O Programa está baseado na cooperação Sul-sul e na iniciativa dos países da região que concebem soluções Sul-sul para suas necessidades de desenvolvimento.

Entre as características do bem público regional encontramos a importância da ação coletiva. A dimensão

regional que se cumpre se um número mínimo de países está envolvido na produção do BPR e; estes países produzem o BPR coletivamente.

## Fundo Multilateral de Investimentos / Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), criado em 1993 como parte do Grupo BID, é um motor de impulso para o desenvolvimento inovador do setor privado na América Latina e no Caribe, usando doações e investimentos para ajudar as micro e pequenas empresas a florescer. Os projetos do FOMIN tentam provar e após demonstrar a efetividade de ideias inovadoras. Entretanto, o FOMIN não trabalha sozinho, senão que tem aprovado mais de 1.000 projetos, fundamentalmente doações, com mais de 800 sócios da sociedade civil, do setor privado e dos governos.

Em seu conjunto, estes esforços estão investindo 2.200 milhões de dólares nos 26 países em desenvolvimento do BID, e continuarão graças à reposição de recursos do FOMIN, que entrou em funcionamento em março de 2007 com o FOMIN II.

Ademais de ser uma fonte de financiamento, o FOMIN oferece também um caudal de conhecimentos, com o compromisso de compartilhar as lições aprendidas em seu trabalho com esta rede crescente de instituições do setor privado, dos centros de pesquisa, das organizações não-governamentais e dos sócios do setor público.

As principais áreas nas que se enfoca o FOMIN são: Âmbito Empresarial, Desenvolvimento Empresarial e Democracia Financeira.

O FOMIN busca projetos com estas características:

- **Inovação:** os projetos devem introduzir enfoques novos e eficazes para promover o desenvolvimento do setor privado e reduzir a pobreza.
- **Efeitos de demonstração:** os projetos devem ter a capacidade de se adaptar ou reproduzir em outros setores e/ou em outros países.
- **Sustentabilidade:** os projetos devem ter planos operacionais convincentes e um grande potencial de sustentabilidade financeira depois de desembolsados os recursos do FOMIN.
- **Alianças:** os projetos do FOMIN se realizam com sócios locais que contribuem entre 30 e 50% dos custos do projeto.
- **Elementos adicionais:** os recursos do FOMIN devem ser críticos para o resultado de um projeto e devem ser a

eleição mais adequada para financiar uma iniciativa concreta.

## Uma contribuição para a análise e a visibilidade da cooperação descentralizada entre a UE e AL: O Observatório da Cooperação Descentralizada

O Observatório da Cooperação Descentralizada UE-AL (OCD) é uma ferramenta a serviço da solidariedade entre cidades, regiões e outros atores. Contribui para conseguir uma Cooperação Descentralizada maior em volume e em impacto, para facilitar a luta contra a pobreza, favorecer a integração regional e reforçar as capacidades locais.

O Observatório da Cooperação Descentralizada, nas palavras de Antoni Fogué, Presidente da Deputação de Barcelona, tem permitido multiplicar o impacto da ação governamental de proximidade, ao mesmo tempo em que tem outorgado uma nova dimensão ao valioso patrimônio político da cooperação descentralizada entre América Latina e Europa.

Sem dúvida, "(...) hoje, num mundo que começa a perceber com grande força o impacto da mundialização através de uma profunda crise econômica e financeira que abre novas certezas em todos os sentidos do planeta, a cooperação descentralizada adquire particular significação (...)" Ricardo Ehrlich, Prefeito Municipal de Montevideu.

## Referências bibliográficas

- *Informe Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades, Período 2008-2009.* Montevideo 2009.
- *ALADI, CAN, SELA, CPELA, OTCA, CAF. Un nuevo tratamiento de las asimetrías en la Integración Sudamericana,* octubre 2005.
- Bouzas, Roberto, 2003. *Mecanismos para compensar los efectos de las asimetrías de la integración regional y la globalización: Lecciones para América Latina y el Caribe.*
- Terra, María Inés. *Asimetrías en el Mercosur: ¿Un obstáculo para su crecimiento?*
- Rede de Mercociudades: [www.mercociudades.org](http://www.mercociudades.org)
- Programa Mercosul Social e Solidário: [www.mercosursocialsolidario.org](http://www.mercosursocialsolidario.org)
- FOCEM: [www.focem.mercosur.int](http://www.focem.mercosur.int)
- Programa de Bens Públicos Regionais: [www.iadb.org/int/bpr](http://www.iadb.org/int/bpr)
- União Europeia: <http://ec.europa.eu/europaid>
- Observatório da Cooperação Descentralizada da América Latina: [www.observ-ocd.org](http://www.observ-ocd.org)



# Os fotógrafos

## Sandra Boulanger / BOLÍVIA

Franco-Boliviana, nasceu em 1966. Reside em La Paz, Bolívia. Graduiu-se em fotografia documental e fotojornalismo do International Center of Photography de Nova York.

A partir de 1996 foi correspondente da Agência Associated Press, publicou nas revistas Marie Claire (Austrália e Hong-Kong), Samsam (Holanda), Alt (Dinamarca), Onze Wereld (Alemanha), Archipiélago (México), e em jornais e revistas da Bolívia.

Desde 2005, organiza e dirige o Festival Internacional de Fotografia de La Paz FotoEncuentro, e as exposições de World Press Photo na Bolívia (2002, 2005, 2007, 2009).

## Joaquín y Fredi Casco / PARAGUAI

Fredi Casco nasceu em 1967 em Assunção, Paraguai. Desde 1997 se dedica à literatura e a arte contemporânea; expõe e realiza mostras dentro e fora do Paraguai. Entre suas atividades conta com diversas exposições coletivas e individuais, em países como Cuba, Grécia, Argentina, Uruguai, Chile, Brasil, Estados Unidos, Espanha, Grã-Bretanha, Bulgária, Suécia, Colômbia, Peru e Paraguai.

Atualmente é Diretor de Edições da Ura e coordenador editorial de EL OJO SALVAJE / MÊS DA FOTOGRAFIA NO PARAGUAI.

Em 2007 recebeu a Bolsa CIFO (Cisneros Fontanals Art Foundation)

Estas fotografias proveem de um projeto pedagógico que envolve a seu filho Joaquín de 5 anos, que através de saídas periódicas pela cidade fotografou com uma pequena câmara de bolso sem instruções prévias. 'Os resultados não são tanto "documentos" sobre Assunção como pegadas de nossos passos pela cidade, senão também pistas de um inacabado jogo de miradas' afirma Fredi.

## Mariano Klautau Filho / BRASIL

Nasceu em Belém, Brasil em 64. Vive e Trabalha em Belém. Fotógrafo e pesquisador. Mestre em Comunicação e Semi-ótica pela PUC de São Paulo. Professor de fotografia da Universidade da Amazônia. Grande Prêmio - Arte Pará 2001 e 2007. Coordenador do projeto "Fotografia Contemporânea Paraense - Panorama 80/90" - Edital Petrobrás Artes Visuais - 2002. Criador e coordenador do "Colóquio Fotografia e Imagem" realizado pela Fotoativa desde 2002. Expõe no Brasil e exterior como "Realidades Imprecisas" - Sesc Pinheiros - São Paulo (2009), "Equatorial" CEB-Cidade do México(2009),"Finisterra" Fotoclub - Montevideo - Uruguai(2009), "Finisterra\_Carta Aérea" - Wiesbaden - Alemanha (2008), "II FestFotoPoa" - Porto Alegre" (2008), "I Bienal del Fin Del Mundo"- Ushuaia - Argentina (2007), "Desidentidad" - IVAM -Valência - Espanha (2006), "Veracidade" - MAM - São Paulo (2006), "Une Certaine Amazonie - Villes Fragiles" - La Courneuve - Paris - França (2005) entre outras. Possui obras nos acervos do Museu de Fotografia da Cidade de Curitiba, Museu do Estado do Pará - Belém, Coleção Joaquim Paiva e Museu de Arte Moderna de São Paulo -MAM.

## Adrián Markis / ARGENTINA

Começou seus estudos em 1992, formando-se em várias escolas de fotografia de Buenos Aires, Foto Club Argentino, Foto Club Buenos Aires, Escola Criativa de Andy Goldstein e Escola Motivarte.

Em 2003 começou seu desenvolvimento profissional trabalhando inicialmente para editoras e agências de publicidade.

Em 2004 abre seu próprio estúdio de fotografia na cidade de Buenos Aires.

É fotógrafo voluntário da fundação Pelota de Trapo, Ajuda Familiar, Unicef e Tzedaká.

Atualmente, trabalha na realização de projetos fotográficos e é docente em fotografia especializada em retoque e arte digital; no comercial trabalha em publicidade.

Está desenvolvendo um projeto social realizando exposições de fotografia em povos pequenos da Argentina, juntando fundos em benefício de escolas rurais através da venda das fotografias expostas nas mostras.

## Gabriela Medina / VENEZUELA

Fotógrafa venezuelana graduada pela Association Du Centre Pour l'enseignemet da photographie Professionelle, França, com o título de Técnico Superior em Comunicação Audiovisual. Estudou Artes gráficas no Institut d'arts Visuels D'Orleans, França.

Quando chegou a Caracas trabalhou para diversos clientes diretamente e através de agências de publicidade. Colaborou também com diferentes revistas e jornais de circulação nacional.

Em 1989, pode documentar os acontecimentos de Tiananmen ocorridos na cidade de Pequim, China, o que lhe permitiu colaborar com jornais e revistas do mundo, tais como: El Nacional (Venezuela) e o New York Times (U.S.A.), a revista Life Magazine, em sua edição especial "The Year 1989 in pictures", e o livro editado por Contact Press "Children of the Dragon", dedicado em sua totalidade a estes acontecimentos.

Um de seus últimos trabalhos retrata a vida de homens e mulheres da península venezuelana de Araya, que durante várias décadas construíram suas vidas em torno da extração de sal e da pesca.

## Analia Pollio / URUGUAI

Analia Pollio é uma fotógrafa uruguaia que começou seus estudos em fotografia em 1991. cursou 3 anos na Escola Nacional de Belas Artes e estudou fotografia cinematográfica em Cuba, Buenos Aires e Barcelona.

Em 2000 expôs sua única mostra individual no Subterrâneo Municipal de Montevideú. Também participou de várias mostras coletivas.

Desde 1996 trabalha em produções cinematográficas: ficção, documentário e publicidade, como câmera.

A partir de 2007 desempenha a função de diretora de fotografia cinematográfica em ficção, documentários e publicidade.

## Luis Weinstein / CHILE

Luis Weinstein nasceu em Santiago, em 1957. Vive e trabalha no Chile.

Fotógrafo, gestor cultural, jornalista, apresentador de televisão, professor de fotografia, trabalhou também como curador de exposições fotográficas e na coordenação do festival chileno de fotografia FotoAmérica 2008. Membro da AFI - presidente em 83- pertence à comunidade fotográfica desde o começo dos anos 80. Atualmente, participa da mesa de internacionalização da fotografia chilena, estabelecida pelo Conselho Nacional de Cultura e Artes. Produz exposições de grandes fotógrafos em instituições tais como o Museu Nacional de Belas Artes (Robert Doisneau, Elliot Erwit, Cartier Bresson, Robert Frank, "Sutil Violento") e em Via pública (Yann Arthus-Bertrand, Martin Parr, "Chile en 100 miradas"). É co-editor da revista sul-americana de fotografia "Sueño de la razón".



in

[www.mercociudades.org](http://www.mercociudades.org)